



**CV INTERILHAS**  
LIGAÇÕES DE CONFIANÇA

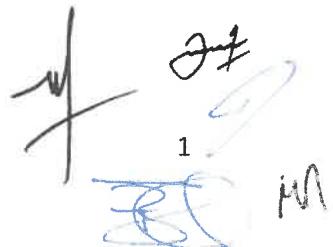
# RELATÓRIO E CONTAS **2023**

Exercício  
Económico



## Índice

1. EMPRESA E ORGÃOS SOCIAIS .....	2
2. ESTRUTURA ACIONISTA .....	3
3. ENVOLVENTE EXTERNA.....	4
4. FACTOS RELEVANTES .....	4
5. DESEMPENHO EMPRESARIAL .....	10
a. Análise dos resultados .....	10
b. Rendimentos operacionais .....	10
c. Gastos operacionais .....	11
d. Resultado operacional .....	12
e. Resultado líquido .....	12
f. Situação financeira .....	13
g. Operações com partes relacionadas e remunerações dos órgãos sociais e auditores .....	13
h. Indicadores de desempenho .....	14
i. Organização e Recursos Humanos.....	15
6. EVOLUÇÃO PREVISÍVEL/ PERSPECTIVAS PARA 2024.....	16
7. EVENTOS SUBSEQUENTES .....	18
8. NOTA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO.....	18
9. AGRADECIMENTOS .....	18
10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS .....	19



Handwritten signatures and initials, including 'M', 'J', 'G', '1', 'R', and 'M', are visible in the bottom right corner of the page.

## 1. EMPRESA E ÓRGÃOS SOCIAIS

A CV INTERILHAS – Transportes Marítimos, S.A. é uma sociedade anónima de capitais privados constituída a 8 de abril de 2019, com sede no Edifício Copacabana, Bloco L1, Lagoa, Nossa Senhora da Luz, Cidade do Mindelo, São Vicente.

A sociedade tem por objeto o transporte marítimo de passageiro e carga e é concessionária do serviço público de transporte marítimo inter-ilhas até 2039.

Os órgãos Sociais da CV INTERILHAS – Transportes Marítimos, S.A., têm a seguinte composição:

### **Conselho de Administração**

#### *Presidente*

Jorge Humberto Pimenta Mauricio

#### *Administradores*

Emanuel Gomes Miranda Gonçalves

Matthieu Alain Roger

José Eduardo Lopes Spencer

Fernando Braz de Oliveira

#### *Administrador Suplente*

Olga Maria Ferreira Spencer Vieira

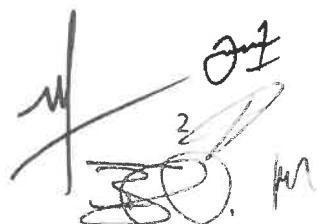
#### *Administrador-Delegado*

Fernando Braz de Oliveira

### **Fiscalização**

*Fiscal Único - Jenny Palmira Oliveira Vera-Cruz*

*Fiscal Único – Suplente – Éder Patrick Cardoso Lisboa*



**Mesa de Assembleia Geral***Presidente - Alexandre Cabral Corte-Real de Albuquerque**Secretário - Dulce Sofia Dupret Fonseca***Comissão Remunerações***Andreia Daniela Pereira Fernandes Ventura de Brito Bogas**Leida Helena Maurício dos Santos Freire de Andrade**Vitor Hugo Correia Alferes***2. ESTRUTURA ACIONISTA**

O capital social é de Cinquenta Milhões de Escudos, totalmente realizado, representado por 50.000 ações com o valor nominal de 1.000\$00 cada uma.

A estrutura do capital social da empresa está constituída por 11 acionistas e distribuído da forma como se segue:

Acionista	Ações	%
Transinsular-Transp. Marítimos Insulares SA	17 850	35,70%
Transinsular-Transp. Marítimos Insulares de Cabo Verde SA	7 650	15,30%
Diallo e Macedo-Companhia de Naveg. Lda	1 360	2,72%
Irineu João Silva	2 420	4,84%
Oceanmade Lda	3 227	6,45%
UTM União de Transportes Marítimos, Lda	3 227	6,45%
Jô Santos & David, Lda	3 226	6,45%
José Eduardo Lopes Spencer	3 227	6,45%
José Augusto Gomes Lima	3 226	6,45%
Adriano António Lima	2 420	4,84%
Luzimar-Soc. Unipessoal, Lda	2 167	4,33%
<b>Total</b>	<b>50 000</b>	<b>100,00%</b>

Handwritten signatures and initials, including 'JF', 'JL', '3', 'SC', and 'm', are visible in the bottom right corner of the page.

### 3. ENVOLVENTE EXTERNA

As consequências económicas da guerra na Ucrânia continuaram a afetar a atividade e as perspetivas económicas nacionais para o ano 2023.

Segundo o Banco Central de Cabo Verde ("BCV"), o enquadramento externo da economia nacional foi menos favorável, marcado pela moderação no crescimento da atividade económica global, bem como, dos principais parceiros do país, particularmente, da Área do Euro e do Reino Unido.

O contexto externo repercutiu-se no desempenho da economia nacional. O crescimento da economia nacional registou um abrandamento em 2023, registando um crescimento de 4.5%, que se compara com 18% em período homólogo. A fraca procura, os critérios de concessão de crédito ligeiramente mais restritivos para as empresas e a moderação da procura externa turística, condicionaram o crescimento económico, nomeadamente através da moderação do consumo privado e das exportações líquidas, e da contração do investimento.

O abrandamento da atividade económica alargou-se a quase todos os setores, com particular destaque, para os serviços ligados ao turismo (alojamento e restauração, transportes e comércio), o que sugere que os efeitos positivos de arrastamento do processo de recuperação da crise pandémica, com o fim das restrições a mobilidade e a retoma turística, que teve início em 2021 e que culminou em 2022, poderão estar a desvanecer-se.

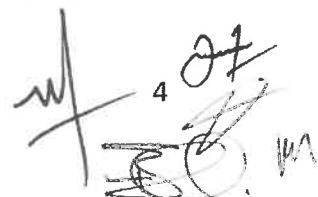
Apesar de pressões em sentido ascendente dos preços do petróleo no mercado internacional, a inflação em Cabo Verde continua a reduzir, refletindo a queda dos preços dos produtos energéticos e, em menor grau, dos produtos alimentares, bem como, efeitos de base descendente.

### 4. FACTOS RELEVANTES

A partir de 7 janeiro, com vista a otimização do serviço, a empresa passou a operar com 2 navios, representando uma redução da frota de 4 para 2 face ao ano 2022.

A atividade operacional ficou assegurada pelos navios CHIQUINHO BL e Dona TUTUTA cuja operacionalidade foi de 100% durante o período entre 01 de janeiro a 19 de Abril de 2023.

Foi assinado a 20 de abril de 2023 o 3º Aditamento ao Contrato de Concessão do Serviço Público de Transporte Marítimo de Passageiros e Carga Inter-ilhas, com entrada em vigor nessa data.



A handwritten signature and initials, likely belonging to the responsible authority for the document, are placed here. The signature is a stylized 'M' and 'J', with the number '4' written near the bottom right. The initials 'M' and 'J' are also present.

Volvidos mais de três anos sobre o inicio da atividade concessionada, as partes acordaram, em resultado da experiência por elas obtida, na necessidade de se proceder ao ajustamento de algumas regras do contrato, tendo em vista a adequação dos meios à satisfação das necessidades das populações e aos cumprimentos das obrigações de serviço público do transporte marítimo interilhas em Cabo Verde, bem como a racionalização dos custos de operação, salvaguardando a respetiva viabilidade e, simultaneamente, as finanças públicas.

Deste 3º Aditamento destacamos como alterações relevantes, a adequação do modelo operacional às necessidades da procura, criação de 4 rotas, ligando as 9 ilhas com horários fixos e regulares; garantido por 3 navios em permanente operação; e uma indemnização compensatória fixa.

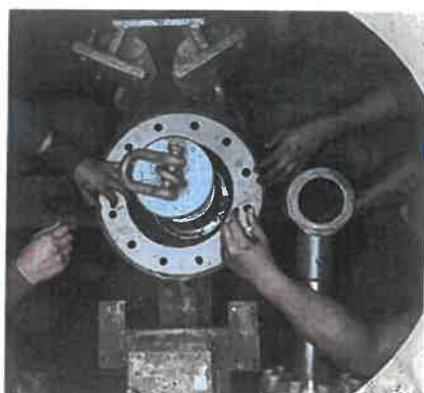
#### Manutenção e Operacionalidade dos navios:

Ano 2023	
NAVIO	OPERACIONALIDADE
HSC Kriola	64,70%
Chiquinho BL	100,00%
Dona Tututa	96%
<b>GLOBAL</b>	<b>86,87%</b>

No contexto da gestão e operação de uma frota marítima, a manutenção e revisão dos navios são componentes cruciais para assegurar a sua funcionalidade e segurança. Nesse sentido, a adoção de um novo modelo operacional na concessão exigiu ajustes e intervenções técnicas específicas, visando o cumprimento rigoroso das obrigações contratuais e a maximização da eficiência operacional. Este cenário

envolve a gestão estratégica de navios como o Liberdadi e o Kriola, que passaram por processos de docagem necessários não só para a manutenção da sua operacionalidade, mas também para atender às especificidades do novo modelo de operação estabelecido. Foi imperativo proceder à sua docagem (revisão de classe e estatutária), cumprindo com as exigências contratuais estabelecidas pelo novo modelo de operação da concessão. Este modelo estipula a integração do Kriola na frota de três navios em constante atividade, enquanto o Liberdadi permanece em *layup*, estando, no entanto, disponível para entrar em operação. As intervenções no Kriola e no Liberdadi foram finalizadas, respectivamente, nos dias 19 e 30 de abril.

Devido às necessidades de manutenção dos Catamarans e à limitada utilização do Liberdadi, a frota operou a 86,8% da sua capacidade total. Especificamente, as seguintes docas foram realizadas:



- Manutenção do Kriola, de 4 a 12 de maio, para reparar danos causados por uma colisão no porto inglês;
- Manutenção de emergência do Kriola, de 22 a 26 de setembro, para reparos na hélice;
- Manutenção do Liberdadi, de 22 a 27 de julho, para corrigir danos na popa ocorridos no cais de cabotagem do Porto Grande.

Por sua vez, o Dona Tututa exibiu um desempenho operacional exemplar, com 96% de eficácia, beneficiando da manutenção realizada em 2023. Este resultado teve um impacto positivo notável na eficiência do novo modelo operacional.

#### Viagens Realizadas:

Linha	Viagens	
	Previsto	Realizado
Barlavento	1 024	1 028
Redonda	582	576
Sotavento	698	718
Triangular	53	56
<b>Total</b>	<b>2 357</b>	<b>2 378</b>

Ao longo do ano, concretizaram-se 3.223 viagens, das quais 2.378 foram efetuadas sob o âmbito do terceiro aditamento ao contrato, evidenciando a total adesão ao novo modelo operacional estabelecido. Este volume de viagens não só demonstra a capacidade de resposta e flexibilidade operacional, mas também reafirma o compromisso da empresa

em manter elevados padrões de serviço e eficiência, em conformidade com os acordos vigentes

#### Passageiros e Carga Transportada:

Origem	Nº PASSAGEIRO			
	2023	2022	Dif.	%
S.Antão	114 544	148 269	- 33 725	-23%
S.Vicente	141 015	155 624	- 14 609	-9%
S.Nicolau	12 972	14 028	- 1 056	-8%
Sal	20 703	20 994	- 291	-1%
Boa Vita	17 891	15 505	2 386	15%
Maio	25 383	25 035	348	1%
Santiago	68 204	71 805	- 3 601	-5%
Fogo	26 422	28 959	- 2 537	-9%
Brava	14 079	14 090	- 11	0%
<b>Total</b>	<b>441 213</b>	<b>494 309</b>	<b>- 53 096</b>	<b>-11%</b>

Origem	CARGA TOTAL			
	2023	2022	Dif.	%
S.Antão	36 810	49 604	- 12 794	-26%
S.Vicente	47 539	60 134	- 12 595	-21%
S.Nicolau	3 237	2 987	251	8%
Sal	5 662	4 739	924	19%
Boa Vita	4 799	2 805	1 994	71%
Maio	2 611	2 111	500	24%
Santiago	35 548	58 476	- 22 928	-39%
Fogo	7 788	8 141	- 353	-4%
Brava	2 711	2 536	175	7%
<b>Total</b>	<b>146 705</b>	<b>191 532</b>	<b>- 44 827</b>	<b>-23%</b>

No decorrer do ano, registou-se o transporte de 441 mil passageiros, o que representa uma redução de 53 mil passageiros (11%) em comparação com o período anterior.

É importante sublinhar que este decréscimo no número de passageiros transportados é atribuído à entrada de um novo operador na rota do Barlavento em maio de 2022, bem como à implementação de um sistema de alternância de horários a partir de novembro de 2022. Esta mudança permitiu ao novo operador conquistar cerca de 50% da quota de mercado nessa rota, culminando na perda de exclusividade anteriormente detida pela concessionária do serviço público de transporte marítimo, assim como numa significativa redução das suas receitas.

No que diz respeito ao transporte de cargas, ao longo do ano, registou-se o transporte de 147 mil toneladas, das quais 38 mil eram viaturas, representando uma redução de 23% em comparação com o período anterior. Esta diminuição deve-se essencialmente a alterações em duas rotas principais: a rota do Barlavento, devido a entrada de novo armador; e a rota do Sotavento, influenciada pela redução da capacidade de transporte nesta linha. Anteriormente, esta última era servida pelos navios DTT e Praia D'Aguada, que possuíam uma capacidade de carga superior. No entanto, a partir de 19 de Abril, passou a ser operada pelo Kriola, navio que apresenta uma capacidade significativamente menor para o transporte de cargas.



Ainda em 1 de outubro houve a atualização no tarifário de transporte marítimo de mercadorias interilhas, decisão justificada pelos significativos aumentos de custos no transporte nacional e internacional de mercadorias, afetando também os serviços em Cabo Verde. Esta atualização, em conformidade com os limites legais máximos, representaram um aumento médio de 25% sobre os valores atuais, considerando este aumento crucial para garantir a sustentabilidade do serviço de transporte marítimo de passageiros e carga.

### Comunicação e Marketing CV Interilhas

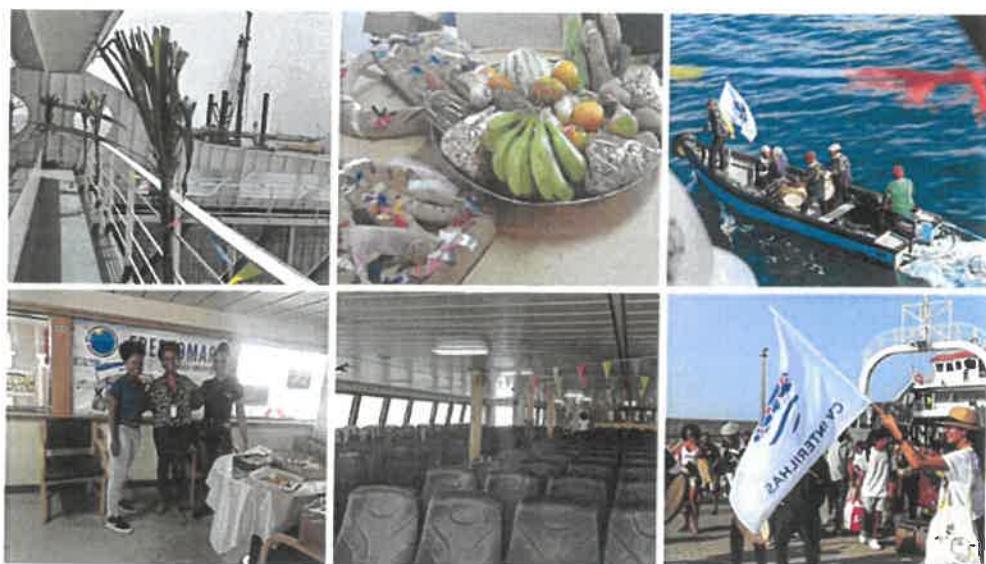
Em relação à Comunicação e Marketing no ano de 2023 foram estabelecidos como objetivos melhorar o posicionamento da marca CVI, apostando em ações a bordo para melhorar a experiência dos passageiros; e aproximar a marca CVI das pessoas através do apoio ao desporto e à cultura. As ações implementadas em 2023 contribuíram significativamente para o alcance dos objetivos definidos, fortalecendo a presença da marca CV Interilhas, melhorando a experiência dos passageiros e estabelecendo laços mais estreitos com a comunidade cabo-verdiana. O ano foi marcado por conquistas importantes e uma abordagem estratégica bem-sucedida em comunicação e marketing.

### Ações Realizadas e Resultados:

- ✓ [Dia das Crianças CVI](#): Distribuição de kits de guloseimas para crianças a bordo, em 1 de junho, resultando numa conexão emocional com o público infantil e numa experiência positiva para os passageiros mais jovens.



- ✓ Ativação da Marca CVI no Navio Chiquinho, durante as Festas de São João: Caraterização do navio Chiquinho com a temática de São João, oferecendo uma experiência cultural única para os passageiros. Ações como receção com tambores e dança de "kolá Son Jon" no Porto Novo, tanto em terra quanto no mar, fortaleceram a ligação da marca com a cultura cabo-verdiana. Também fizemos uma degustação de tacos para os passageiros, durante uma viagem no navio Chiquinho em parceria com a Frescomar.



- ✓ Participação na Expomar 2023: Presença na feira para reforçar a posição no mercado e destacar a oferta de transporte marítimo em Cabo Verde, aumentando a visibilidade e o reconhecimento da marca.

8  
JF  
CBM



- ✓ **Participação na FIC 2023:** Presença na maior feira de negócios em Cabo Verde, consolidando o posicionamento como líder de mercado no transporte marítimo de passageiros. A promoção de um jogo da Roleta Virtual atraiu visitantes para o stand, resultando numa maior interação com potenciais clientes e parceiros, além de fortalecer as relações comerciais com clientes e fornecedores locais.



27  
9  
J  
BO. 141

- ✓ Comemoração do Passageiro 2.000.000: Um marco significativo alcançado em dezembro de 2023, simbolizando o compromisso contínuo da CV Interilhas com Cabo Verde. O evento de celebração a bordo do navio Dona Tututa, na ilha de São Nicolau, contou com a presença do Presidente da Câmara Municipal de Tarrafal e parceiros locais. A passageira 2.000.000 foi premiada com diversos prémios, destacando parcerias estratégicas com Alou e Escola de Condução Moraes e Graça.



As ações implementadas em 2023 contribuíram significativamente para o alcance dos objetivos estabelecidos, fortalecendo a presença da marca CV Interilhas, melhorando a experiência dos passageiros e estabelecendo laços mais estreitos com a comunidade cabo-verdiana. O ano foi marcado por conquistas importantes e uma abordagem estratégica bem-sucedida em comunicação e marketing.

## 5. DESEMPENHO EMPRESARIAL

### a. Análise dos resultados

A adoção do novo modelo de concessão teve reflexos nos resultados do ano, em que a concessão ficou mais eficiente, comprovado pela diminuição das despesas operacionais em 568.696 mECV, pelo corte da indemnização compensatória em 437.034 mECV (que afetou negativamente os rendimentos) e pelo aumento dos resultados operacionais.

Os resultados foram impactados negativamente pelo atraso no pagamento do remanescente das indemnizações compensatória de 2021 e 2022, valores que a empresa tem o direito inequívoco de receber no âmbito do contrato originário. Entretanto a expectativa é do seu recebimento no quadro de um processo de arbitragem, que se estima estar concluído num período superior a um ano.

### b. Rendimentos operacionais

No ano 2023, os rendimentos operacionais registaram o montante de 2.049.401 mCVE, merecendo destaque as seguintes rubricas:

- Prestação de serviços no montante de 1.163.914 mCVE (1.216.488 mCVE em 2022), relacionados com as tarifas cobradas no transporte de passageiros e carga, registando-

se uma diminuição de 52.575 mCVE (-4%) quando comparado com o período homólogo;

- Subsídio à exploração no valor de 835.657 mCVE (1.177.039 mCVE em 2022), correspondente à indemnização compensatória que, no quadro do contrato de concessão, a sociedade tem direito pela obrigação de prestação de serviço público, destinada a cobrir o deficit de exploração ;
- Remuneração da concessionária no montante de 27.176 mCVE (122.827 mCVE em 2022) atribuída pela concedente à concessionária pela gestão do serviço público. O valor registado na rubrica é referente ao período de 1 de janeiro a 19 de abril. Importa referir que o novo aditamento ao contrato de concessão assinado em 20 de abril não prevê a remuneração da concessionária correspondente aos 10% do volume negócio. O novo aditamento prevê o pagamento de uma indemnização compensatória num valor fixo, de caráter anual, o qual será automaticamente atualizado no início de cada ano civil, por aplicação da taxa de variação do Índice de Preço do Consumidor (IPC).
- O aumento verificado na rubrica de “Outros rendimentos operacionais” compreende o valor do afretamento do Navio Dona Tututa ao Estado (8.436 mECV), o valor faturado ao Ministério de Saúde referente a uma evacuação de emergência (850 mEcv) e valor faturado à Nosi pelo afretamento do navio Kriola (850 mEcv).

Rubricas	2023	2022	Peso	Variação
Vendas	8 969	11 785	0,4%	-24%
Serviços Prestados	1 163 914	1 216 488	48%	-4%
Subsídios à exploração	835 657	1 177 039	46%	-29%
Remuneração da Concessionária	27 176	122 827	5%	-78%
Outros rendimentos Operacionais	13 686	8 796	0,3%	56%
<b>Total</b>	<b>2 049 401</b>	<b>2 536 936</b>	<b>100%</b>	<b>-19%</b>

### c. Gastos operacionais

Os gastos totalizaram 1.930.105 mCVE correspondente a uma diminuição de 484.894 mCVE face ao ano anterior.

Rubricas	2023	2022	Peso	Variação
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	361 084	493 335	19%	-27%
Fornecimentos e serviços externos	1 180 493	1 548 644	61%	-24%
Gastos com o pessoal	240 524	307 548	12%	-22%
Outros gastos e perdas	12 012	12 129	1%	-1%
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	2 635	3 789	0%	-30%
Juros e gastos similares suportados	133 356	49 555	7%	169%
<b>Total</b>	<b>1 930 105</b>	<b>2 414 999</b>	<b>100%</b>	<b>-20%</b>

Os gastos com inventários consumidos totalizam 361.084 mCVE (493.335 mCVE em 2022), que

11 37  
M  
M

correspondem na sua grande maioria aos gastos de aquisição de combustíveis para os navios. Estes gastos registaram um decréscimo de 27%, explicado pela redução da frota para 3 Navios, redução do número de viagens e milhas e pela evolução favorável do preço dos combustíveis.

No que se refere aos gastos com fornecimentos e serviços externos, o valor totalizou 1.180.493 mCVE, com destaque para as seguintes rubricas:

- Os gastos de afretamento dos navios afetos à concessão no montante total de 338.845 mCVE (440.819 mCVE em 2022), com uma redução de 23% comparativamente com o período homólogo, motivado pela redução do número de navios.
- Os gastos de conservação e reparação dos navios da frota, no valor de 324.765 mCVE (451.825 mCVE em 2022), variação de menos 28%, face ao ano anterior devido à intervenção no navio *Dona Tututa* em 2022.
- As despesas portuárias, relacionadas maioritariamente com serviços prestados pela ENAPOR aos Navios no âmbito da Carga e Descarga e utilização portuária, no montante de 152.257 mCVE (270.738 mCVE em 2022), a redução de 118.481 mCVE está relacionado com a maior utilização de navios RoRo no transporte de cargas, em detrimento de navios Lo/Lo, como é o caso do *PRAIA D'AGUADA*.

Os gastos com afretamentos, combustíveis, conservação e reparação, pessoal e despesas portuárias, representam 81% do total dos custos operacionais.

Os gastos com o pessoal atingiram o montante de 240.524 mCVE (307.548 mCVE em 2022), representando os gastos com salários, segurança social, seguros e outros, decorrentes de uma média mensal de 143 colaboradores.

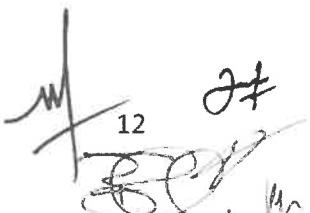
De realçar o aumento de 169% verificado na rubrica “Juros e gastos similares suportados” referente ao registo do juro (103.336 mEcv) na mensuração pelo custo amortizado do valor por receber do Estado de Cabo Verde.

#### d. Resultado operacional

A sociedade registou um resultado operacional positivo de 252.653 mCVE (171.491 mCVE em 2022), consequência do recebimento da indemnização compensatória e da remuneração da concessionária para o ano de 2023 no valor total de 856.168 mCVE.

#### e. Resultado líquido

O Resultado Líquido do ano é positivo no valor de 92.903 mCVE (94.668 mCVE em 2022), considerando os efeitos dos gastos financeiros no montante de 133.356 mCVE e do imposto sobre o rendimento no valor de 26.663 mCVE.



12

## f. Situação financeira

No final de 2023 a posição patrimonial da sociedade apresenta-se conforme segue:

Rubricas	2023	2022
Ativo não corrente	1 116 627	63 396
Ativo corrente	278 431	1 877 535
Total do ativo	1 395 058	1 940 931
Capital Próprio	293 696	269 014
Passivo corrente	1 101 362	1 671 918
Total do Capital Próprio e do Passivo	1 395 058	1 940 931

## g. Operações com partes relacionadas e remunerações dos órgãos sociais e auditores

Os principais saldos e transações com partes relacionadas encontram-se evidenciados na Nota 27 do Anexo às demonstrações financeiras.

As remunerações atribuídas aos órgãos sociais e auditores externos sumarizam-se como segue:

Conselho de Administração 9.818 mCVE

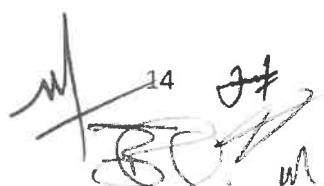
Órgão de Fiscalização 550 mCVE

Auditor externo 4.385 mCVE

## h. Indicadores de desempenho

**INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS 2023**

Rubricas	2023	2022
<b>RESULTADOS</b>		
Volume de Negócios	1 172 883	1 228 273
EBITDA	255 288	175 280
Resultados Operacionais	252 653	171 491
Resultado Antes de Impostos	119 566	122 827
Resultados Líquidos	92 903	94 668
<b>INDICADORES DE RENDIBILIDADE</b>		
ROA	6,7%	4,9%
ROS	7,9%	7,7%
EBITDA MARGIN	21,8%	14,3%
EBIT MARGIN	21,5%	14,0%
<b>INDICADORES DE LIQUIDEZ</b>		
Liquidez Geral	0,25	1,12
Liquidez reduzida	0,24	1,11
liquidez imediata	0,12	0,11
<b>INDICADORES DE SOLVABILIDADE</b>		
Endividamento (Capitais Alheios/Capitais Totais)	64%	66%
Autonomia Financeira (Capital Próprio /Activo)	0,21	0,14
Salvabilidade (Capital próprio / passivo)	0,27	0,16
Cobertura dos encargos financeiros	1,91	3,54
<b>OUTROS INDICADORES</b>		
Compensação média anual por passageiro (ECV)	1 956	2 630
Numero de passageiros transportados	441 213	494 321

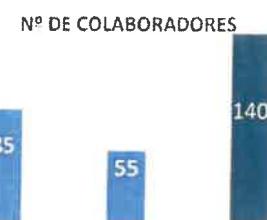


14  
BOM M

## i. Organização e Recursos Humanos

### Caracterização

A CV Interilhas tem uma estrutura organizativa constituída por uma Administração e por 3 Direções, nomeadamente, Comercial, Operações, Financeira e Administrativa, e ainda pelas áreas de suporte de Recursos Humanos, Sistemas de Informação, Comunicação, Compras e Património e Qualidade, sendo todas elas apoiadas pela estrutura corporativa do grupo do acionista maioritário.



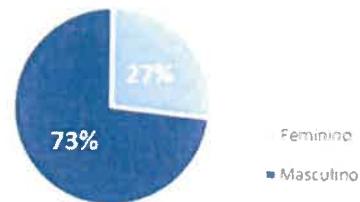
### Idade e Género

A idade média dos trabalhadores é de 41 anos, sendo 43 a idade média do pessoal do mar, superior em 4 anos à do pessoal que trabalha em terra.

IDADE MÉDIA



27% dos trabalhadores são mulheres, superior em 6% face ao exercício anterior, sendo essa percentagem consideravelmente mais alta entre os trabalhadores de terra, com 41%, do que no caso de tripulantes em que apenas 14% são mulheres, verificando-se ultimamente uma maior contratação de mulheres nas tripulações, numa tendência crescente.



### Movimentação

No exercício de 2023 foram contratados 33 colaboradores, sendo 31 tripulantes, 01 Administrador e 01 estagiário para o departamento de RH. Registaram-se, por outro lado 86 saídas, 19 correspondem às movimentações IntraGrupo, 8 pedidos de demissão por parte dos colaboradores de terra e 59 da parte das tripulações. O elevado número de desvinculação por parte da tripulação, justifica-se pela paragem de alguns navios da frota e emigração para embarque em navios internacionais.

#### Movimentação de Pessoas

	Mar	Terra	Total
Entradas	31	02	33
Saídas	59	27	88

### Formação e desenvolvimento de pessoas

No âmbito da relevância da capacitação foram ministradas as seguintes formações:

15

- Dar e receber feedback;
- Contabilidade Financeira;
- Yellow Belt Lean six sigma
- Black Belt Lean six sigma;
- ISO 14001;
- Manobra de máquinas;
- Saúde e Segurança no trabalho;
- Técnicas de apresentação.

### Avaliação de Desempenho

Durante o ano de 2023, não foi conduzida a avaliação de desempenho. Atualmente, não está em vigor um processo formal de avaliação de desempenho. A orientação atual do Conselho de Administração é que o acompanhamento do desempenho seja realizado individualmente por cada chefia ou responsável.

Reconhecendo a importância de implementar um procedimento de gestão e avaliação de desempenho no Grupo no futuro próximo, estamos empenhados em criar as condições necessárias para esse efeito. É fundamental que qualquer modelo de avaliação de desempenho tenha por base uma estrutura orgânica e funcional consolidada, e que seja aplicado de forma consistente em toda a organização. Enquanto isso, reiteramos que é responsabilidade de cada líder avaliar o desempenho dos colaboradores de sua equipa.

### Medicina no Trabalho

A empresa garante habitualmente o suporte aos seus trabalhadores através de protocolos com entidades privadas e que se encontra em fase de consulta ao mercado, para garantir uma assistência médica através das clínicas privadas

## 6. EVOLUÇÃO PREVISÍVEL/ PERSPETIVAS PARA 2024

Para 2024 e 2025, prevê-se a recuperação gradual do crescimento do PIB, cifrando-se entre 4.7% e 5.4% respetivamente, em resultado da melhoria dos rendimentos reais das famílias sustentada pela descida da inflação e com o aumento da procura externa turística em linha com a melhoria das perspetivas económicas dos principais parceiros.

Contudo, o crescimento continuará a ser condicionado pelas repercussões na economia real de uma maior restitutividade das condições de oferta de crédito com implicações na redução da procura de crédito e, por conseguinte, nas decisões de consumo e de investimento dos agentes económicos, bem como, pela retirada gradual das medidas de apoio orçamental de compensação pela alta dos preços

da energia (face à queda prevista nos preços futuros dos produtos energéticos no mercado internacional).

No contexto interno, foram identificadas ameaças e oportunidades específicas para o ano de 2024:

**Ameaças:**

- Falta de reconhecimento, por parte do concedente, das dívidas acumuladas nos anos de 2021 a 2023;
- A inadequação dos dois catamarãs às condições marítimas de Cabo Verde;
- A impossibilidade de operação do Chiquinho BL no porto de Tarrafal, face às imposições e restrições impostas pelo IMP;
- A entrada de novos concorrentes nos segmentos de transporte de carga e passageiros;
- Dependência de um único estaleiro no país;
- Operações com significativo impacto político.

**Oportunidades:**

- Otimização do modelo operacional em resposta às necessidades atuais;
- Início de atividade de novas embarcações, conforme anunciado no orçamento de Estado;
- Mais eficaz monitorização e controle dos custos operacionais;
- Desenvolvimento e implementação de soluções logísticas integradas, gerando sinergias com parceiros chave para ampliar a cobertura de mercado;
- Exploração de novos mercados e segmentos de clientes para incrementar o volume de negócios;
- Acesso a novas fontes de financiamento no âmbito da Economia Azul;
- Promoção de soluções sustentáveis para o transporte marítimo.

Objetivos estabelecidos para 2024 incluem:

**Operacionais**

- Redução de 10% nos custos estruturais
- Assegurar a máxima disponibilidade dos navios para operação, através do departamento operacional;
- Promover uma cultura de melhoria contínua e de sustentabilidade nos processos empresariais;
- Implementação de um sistema de controlo e seguimento naval para os navios da CVI;

**Comerciais**

- Aumento de 15% nas receitas
- Incremento das receitas no segmento de passageiros, através de uma gestão eficaz de oportunidades, particularmente em períodos festivos e épocas de maior demanda;
- Garantir a estabilidade dos modelos operacionais por forma a permitir vendas antecipadas e adaptação às tendências de mercado;
- Melhoria da ligação aos clientes, parceiros e canais de venda, utilizando ferramentas e aplicações

17

apropriadas;

- Promoção do serviço de transporte de carga porta a porta;

#### Outros

- Consolidação da estrutura organizacional;
- Eficiente cumprimento das obrigações contratuais com o concedente;
- Suporte ao Governo no desenvolvimento e implementação de terminais e gares marítimos;

## 7. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 19 de fevereiro de 2024 foi confirmado pelo Estado de Cabo Verde o valor da indemnização compensatória para o exercício de 2024, a qual irá ascender a 741.576 mCVE. Esta será paga em prestações trimestrais, as quais incluirão a dedução dum quarto do ajustamento de 27.706 mCVE ao custo do exercício de 2023 com combustível da frota.

Exceto o assunto referido acima, após a data do Balanço e até à data da aprovação das Demonstrações Financeiras, não se verificou a ocorrência de acontecimentos que dessem lugar a ajustamentos nas Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, assim como não foram recebidas novas informações que justificassem divulgações adicionais específicas no relatório de gestão.

## 8. NOTA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

Em cumprimento com o Código das Sociedades Comerciais, reportamos ainda informações complementares no anexo às demonstrações financeiras acerca (i) do número e valor nominal das ações, (ii) das partes relacionadas e informações sobre remuneração dos auditores e membros dos órgãos sociais e (iii) da exposição da cvinterilhas a riscos de crédito, liquidez, taxa de juro e cambial, nas notas 12, 27 e 2.12, respetivamente.

## 9. AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração da CV Interilhas dirige uma palavra de especial agradecimento aos acionistas, aos trabalhadores de terra e aos seus tripulantes da frota de navios, aos demais órgãos sociais, bem como a todos os que contribuíram para os resultados positivos atingidos

A CV Interilhas agradece, ainda, ao Estado de Cabo Verde enquanto Concedente do serviço público de transporte marítimo de passageiros e mercadorias, aos Clientes, aos Fornecedores e outros parceiros de negócios, pelo suporte demonstrado durante o exercício económico que ora findou.

18  
JF  
ZB  
PA

## 10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

No exercício económico de 2023, a CV Interilhas gerou Resultados Líquidos de 92.902.698 ECV (noventa e dois milhões, novecentos e dois mil, seiscentos e noventa e oito escudos). Em cumprimento dos artigos 72º, 252º do Código das Sociedades Comerciais, tendo em vista do reforço da capacidade de autofinanciamento da sociedade e pela necessidade de aprovação e pagamento da indemnização compensatória pelo Estado, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral dos Acionistas aplicar a 50 % do Resultados Líquido de 2023 para Reservas Livres e 50% para distribuição dos resultados.

	VALOR	%
RESERVAS LIVRES	46 451 349	50%
DIVIDENDOS	46 451 349	50%
DIVIDENDO POR ACÃO	929 ECV	

Praia, 28 de março de 2024

### O conselho de Administração

Jorge Humberto Pimenta Mauricio

Emanuel Gomes Miranda Gonçalves

José Eduardo Lopes Spencer

Matthieu Alain Roger

Fernando Braz de Oliveira



## **Demonstrações Financeiras**

**Exercício Económico de 2023**

Cidade da Praia, 28 de março de 2024

**Cabo Verde Interilhas – Transportes Marítimos, S.A.**  
**NIF: 279859805**  
**SEDE: Edifício BAI Center, Chã D'areia, na Cidade da Praia**

**BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**

Montantes expressos em milhares de escudos cabo verdianos (mCVE)

RUBRICAS	NOTAS	Data de referência		
		31/12/2023	31/12/2022	
<b>ATIVO</b>				
<b>Ativo não corrente</b>				
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	4	17.763	9.093	
Equipamento de transporte	4	10	220	
Equipamento administrativo	4	5.294	1.925	
Ativos fixos tangíveis em curso	4	14.140	-	
Outros ativos financeiros	5	52.159	52.159	
Outras contas a receber	9	1.027.261	-	
		<b>1.116.627</b>	<b>63.396</b>	
<b>Ativo corrente</b>				
Inventários	6	11.535	16.757	
Clientes	7	57.535	30.161	
Estado e outros entes públicos	8	8.724	30.387	
Outras contas a receber	9	14.402	1.578.134	
Diferimentos	10	48.813	35.664	
Caixa e depósitos bancários	11	137.422	186.434	
		<b>278.431</b>	<b>1.877.535</b>	
<b>Total do ativo</b>		<b>1.395.058</b>	<b>1.940.931</b>	
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>				
<b>Capital Próprio</b>				
Capital realizado	12	50.000	50.000	
Reservas legais	13	10.000	10.000	
Reservas livres	14	140.793	114.345	
Resultado líquido do período		92.903	94.668	
		<b>293.696</b>	<b>269.014</b>	
<b>PASSIVO</b>				
<b>Passivo corrente</b>				
Fornecedores	15	307.254	949.274	
Adiantamentos de clientes		1.540	2.930	
Estado e outros entes públicos	8	14.400	41.865	
Acionistas/sócios	16	53.535	50.034	
Financiamentos obtidos	17	516.102	516.081	
Outras contas a pagar	18	110.609	97.463	
Diferimentos	10	97.923	14.270	
		<b>1.101.362</b>	<b>1.671.917</b>	
<b>Total do Passivo</b>		<b>1.101.362</b>	<b>1.671.917</b>	
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>		<b>1.395.058</b>	<b>1.940.931</b>	

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2023 e 2022

O Contabilista Certificado



O Diretor Financeiro

O Conselho de Administração



Demonstrações Financeiras Exercício 2023

**Cabo Verde Interilhas – Transportes Marítimos, S.A.**  
**NIF: 279859805**  
**SEDE: Edifício BAI Center, Chã D'areia, na Cidade da Praia**

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**  
**DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

Montantes expressos em milhares de escudos cabo verdianos (mCVE)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2023	2022
Vendas e prestações de serviços	19	1.172.883	1.228.273
Subsídios à exploração	20	835.657	1.177.039
Gastos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(361.084)	(493.335)
		1.647.455	1.911.978
Fornecimentos e serviços externos	21	(1.180.493)	(1.548.644)
		466.963	363.334
		(240.524)	(307.548)
Gastos com o pessoal	22	40.861	131.623
Outros rendimentos e ganhos	23	(12.012)	(12.129)
Outros gastos e perdas			
		255.288	175.280
		252.653	171.491
Resultado antes de depreciações, amortizações, perdas/ganhos de financiamento e impostos			
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	4	(2.635)	(3.789)
		119.566	122.827
Resultado operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e impostos)			
Juros e rendimentos similares obtidos	24	269	891
Juros e gastos similares suportados	24	(133.356)	(49.555)
		92.903	94.668
Resultado antes de impostos			
Imposto sobre o rendimento do período	8	(26.663)	(28.159)
Resultado líquido do período			
<b>Resultado líquido do período atribuível a:</b>			
Detentores do capital da empresa-mãe		92.903	94.668
<b>Resultado por ação básico (Escudos)</b>	28	1.858	1.893

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

O Contabilista Certificado

O Diretor Financeiro

O Conselho de Administração

*Monteiro*  
*JF*  
*2*  
*BR*

Cabo Verde Interilhas – Transportes Marítimos, S.A.

NIF: 279859805

SEDE: Edifício BAI Center, Chã D'área, na Cidade da Praia

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

Posições no início do período 2022	Notas	Capital realizado	Reservas Legais	Reservas Livres	Resultado líquido do período	Total
Posições no início do período 2022	1	50.000	6.091	68.220	100.069	224.380
Alterações referentes a rendimentos e ganhos reconhecidos no período						
Resultado líquido do período	2	-	-	-	94.668	94.668
Resultado extensivo					94.668	94.668
Operações com os detentores de capital no período						
Distribuição de dividendos	3	-	-	-	(50.034)	(50.034)
Outras operações					(50.034)	(50.034)
Aplicação do resultado líquido do período anterior	13/14		3.909	46.125	(50.034)	-
Posições no fim do período 2022	4	50.000	3.909	46.125	(50.034)	-
	5=1+2+3+4	12+13+14	10.000	114.345	94.668	268.014

Posições no início do período 2023	Notas	Capital realizado	Reservas Legais	Reservas Livres	Resultado líquido do período	Total
Posições no início do período 2023	1	50.000	10.000	114.345	94.668	268.014
Alterações referentes a rendimentos e ganhos reconhecidos no período						
Resultado líquido do período	2	-	-	-	92.903	92.903
Resultado extensivo					92.903	92.903
Operações com os detentores de capital no período						
Distribuição de dividendos	3	14	-	(68.220)	(68.220)	(68.220)
Outras operações						
Aplicação do resultado líquido do período anterior	14			94.668	(94.668)	-
Posições no fim do período 2023	4	5=1+2+3+4	50.000	10.000	140.793	92.903
	5=1+2+3+4	12+13+14	50.000	10.000	140.793	92.903
						293.696

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
 O Contabilista Certificado  
 O Diretor Financeiro

O Conselho de Administração

Handwritten signatures and initials of the Board of Directors, the Financial Director, and the Accountant, including initials 'JL', 'OT', 'MM', and 'JL'.

Demonstrações Financeiras Exercício 2023

Cabo Verde Interilhas – Transportes Marítimos, S.A.

NIF: 279859805

SEDE: Edifício BAI Center, Chã D'areia, na Cidade da Praia

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Montantes expressos em milhares de escudos cabo verdianos (mCVE)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2023	2022
<b>Método Direto</b>			
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		1.210.942	1.291.904
Pagamentos a fornecedores		(1.795.686)	(1.575.477)
Pagamentos ao pessoal		(202.711)	(246.612)
		(787.456)	(530.185)
Pagamento/ recebimento do Imposto sobre o rendimento		(32.580)	(31.349)
Outros recebimentos / pagamentos	3	902.103	655.575
		82.068	94.041
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)</b>			
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(32.444)	(4.071)
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares	24	269	891
		(32.174)	(3.180)
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)</b>			
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		1.004.376	748.473
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(1.004.376)	(748.473)
Juros e gastos similares		(34.187)	(43.220)
Dividendos		(64.720)	(18.988)
		(98.907)	(62.208)
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de financiamento (3)</b>			
Variação da Caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(49.013)	28.653
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e depósitos bancários no início do período		186.434	157.781
Caixa e depósitos bancários no fim do período	3/11	137.422	186.434

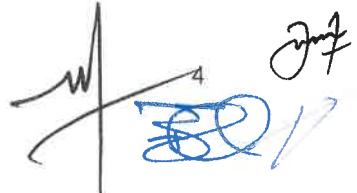
O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

O Contabilista Certificado

O Diretor Financeiro

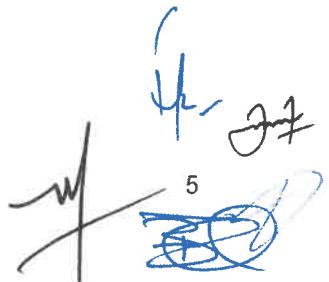
O Conselho de Administração





ÍNDICE

0. NOTA INTRODUTÓRIA .....	6
1. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	7
2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS .....	7
3. FLUXOS DE CAIXA .....	15
4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS .....	16
5. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS .....	16
6. INVENTÁRIOS E GASTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS .....	17
7. CLIENTES .....	17
8. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS .....	18
9. OUTRAS CONTAS A RECEBER .....	19
10. DIFERIMENTOS .....	21
11. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS .....	22
12. CAPITAL REALIZADO .....	22
13. RESERVAS LEGAIS .....	23
14. RESERVAS LIVRES .....	23
15. FORNECEDORES .....	24
16. ACIONISTAS/SÓCIOS .....	25
17. FINANCIAMENTOS OBTIDOS .....	25
18. OUTRAS CONTAS A PAGAR .....	26
19. VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS .....	26
20. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO .....	27
21. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS .....	28
22. GASTOS COM O PESSOAL .....	28
23. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS .....	29
24. RESULTADOS FINANCEIROS .....	29
25. RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS FINANCEIROS NÃO INCLUÍDOS NO BALANÇO .....	30
26. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A APLICAÇÃO DO REGIME DO ACRÉSCIMO .....	30
27. PARTES RELACIONADAS .....	30
28. RESULTADO POR AÇÃO BÁSICO .....	32
29. GARANTIAS .....	32
30. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS .....	32
31. EVENTOS SUBSEQUENTES .....	32



5

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

### 0. NOTA INTRODUTÓRIA

Denominação Social: Cabo Verde Interilhas – Transportes Marítimos, S.A. ("Empresa")

NIF: 279859805

Sede: Edifício BAI Center, Chã D'areia, na Cidade da Praia

Atividade: Transportes Marítimos de passageiros e cargas

Início de atividade: 2019

O capital social da Empresa, totalmente realizado no montante de 50.000.000 CVE (Cinquenta milhões de escudos cabo-verdianos), é detido em 51% pelo agrupamento vencedor do concurso limitado por prévia qualificação para concessão do serviço público de transporte marítimo de passageiros e carga inter-ilhas, sendo 35,7% pertencente à Transinsular-Transportes Marítimos Insulares, S.A. e 15,3% à Transinsular-Transportes Marítimos Insulares de Cabo Verde, S.A., e 49% detido por armadores nacionais Cabo-Verdianos, cumprindo assim o estipulado no nº 1 da cláusula 3<sup>a</sup> do caderno de encargos, parte integrante do contrato de concessão.

A exploração da atividade da Empresa tem como principal objetivo o cumprimento do contrato de concessão assinado entre o Estado Cabo-verdiano e o agrupamento, cujas principais cláusulas são as seguintes:

**Objeto:** concessão do serviço público de transporte marítimo de passageiros e carga inter-ilhas.

**Prazo:** A concessão é atribuída por um prazo de 20 (vinte) anos, a contar de 15 de fevereiro de 2019.

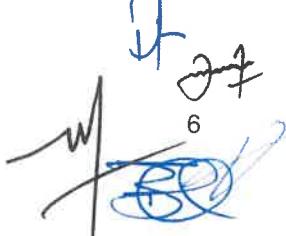
**Regime da Concessão:** a concessão é estabelecida em regime de exclusividade, abrangendo apenas o serviço público, ficando o mercado aberto aos operadores que nela atuam. A concessionária obriga-se a suportar, por sua conta e risco, todos os encargos resultantes da exploração da concessão.

**Princípios de atuação:** a concessionária garante que a prestação do serviço público decorre na estrita observância dos princípios da universalidade, continuidade e regularidade, da igualdade, da adaptação às necessidades, da qualidade, eficiência e segurança.

**Direitos da concessionária:** explorar o serviço em regime de exclusividade; cobrar os serviços prestados de acordo com as tarifas aprovadas pela reguladora; receber pontualmente a eventual indemnização compensatória a ser paga pelo Estado pela prestação do serviço público de transporte marítimo inter-ilhas.

#### Cláusulas técnicas:

1. Prestar o serviço público em todo o território nacional, visando assegurar um serviço seguro, regular, eficiente e servir de forma unificada todo o mercado nacional de transporte marítimo de passageiros e carga;
2. Afetar à exploração uma frota de cinco navios (3 navios mais 1 em layup após 19 de abril de 2023), assegurando a permanência destes em boas condições de exploração, com as seguintes características:



Handwritten signature and initials, including 'M', 'J', '6', and '2', are written across the bottom right corner of the page.

- 2.1. Arvorar a bandeira cabo-verdiana;
  - 2.2. Estarem registadas no registo convencional de navios;
  - 2.3. Ropax (passageiros e carga);
  - 2.4. Velocidade não inferior a 15 nós; e
  - 2.5. Idade igual ou inferior a 15 anos.
3. Possuir uma equipa com perfil e competências adequadas à exploração do serviço compreendido na concessão.

A Empresa iniciou a sua atividade operacional em 15 de agosto de 2019.

O contrato de concessão acima descrito foi objeto de negociação entre as partes, tendo sido acordado o 3º aditamento ao contrato de concessão, publicado em Boletim Oficial a 19 de abril de 2023 e assinado no dia 20 de abril de 2023. As principais alterações contratuais são descritas na Nota 9.

## **1. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF) aprovado pelo Decreto-Lei nº 5/2008, de 4 de fevereiro, o qual entrou em vigor em 1 de janeiro de 2009.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração para divulgação em 28 de março de 2024.

Com o intuito de complementar a informação prestada, as demonstrações financeiras apresentam os valores comparativos do exercício anterior.

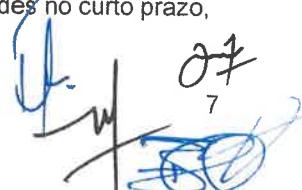
## **2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

As principais políticas contabilísticas usadas na elaboração das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

### **2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para estes elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo,



pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

### **2.2. Derrogação das disposições SNCRF**

No decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, foram cumpridas todas disposições previstas no SNCRF que sejam aplicáveis à Empresa.

### **2.3. Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras da CV INTERILHAS – Transportes Marítimos, S.A., são apresentadas em milhares de escudos cabo-verdianos (mCVE). O escudo cabo-verdiano (CVE) é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação. O Euro é a moeda em que são, predominantemente, efetuadas as transações em moeda estrangeira, sendo a paridade fixa em:

1 EUR | 110,265 CVE

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Juros e gastos suportados”, se relacionados com empréstimos ou em “Outros gastos e perdas”, para todos os outros saldos/transações.

### **2.4. Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas (quando aplicável).

As peças sobressalentes principais são reconhecidas como ativos fixos tangíveis quando é expectável que sejam utilizadas por mais do que um período.

Os gastos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados sempre que melhorem o nível de desempenho originalmente avaliado do ativo existente ou aumentem a sua vida útil, quando for provável que benefícios económicos futuros fluirão para a empresa e o custo do ativo possa ser mensurado com fiabilidade. Todos os outros dispêndios subsequentes são reconhecidos como gastos no período em que são incorridos.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta (quotas constantes).

As principais taxas anuais aplicadas são:

<b>Classe de ativos fixos tangíveis</b>	<b>%</b>
Equipamento de transporte	12,5%
Equipamento básico	10%
Equipamento administrativo	33,33%

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado pela diferença entre (a) o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e (b) a quantia líquida de depreciações acumuladas escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que o mesmo ocorre, nas rubricas de "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas" incluídas na demonstração dos resultados por naturezas.

As vidas úteis e método de depreciação são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na Demonstração dos resultados por naturezas.

#### 2.5. Ativo fixo tangível em regime de locação

Os ativos fixos tangíveis utilizados em regime de locação operacional - parte significativa dos riscos e benefícios da propriedade é detida pelo locador - e respetivas responsabilidades não são registados no balanço. As rendas mensais são registadas na demonstração dos resultados durante o período da locação.

No decurso do exercício de 2023, estiveram em vigor os contratos de afretamento dos seguintes navios, com as seguintes características:

Navio	Fretador	Ano de construção	Velocidade	Tipo Contrato
KRIOLA	Cabo Verde Fast ferry, S.A	2010	20 nós	Fretamento em casco nu
LIBERDADI	Cabo Verde Fast ferry, S.A	2010	20 nós	Fretamento em casco nu
PRAIA D' AGUADA	Cabo Verde Fast ferry, S.A	1999	12 nós	Fretamento em casco nu
CHIQUINHO BL	Sofrena - Sociedade de Afretamentos e Navegação, S.A	2019	15 nós	Fretamento em casco nu
TUTUTA	Vieira & Silveira	2002	15 nós	Fretamento em casco nu

Em novembro de 2021, a Empresa assinou o contrato de afretamento do navio "Dona Tututa", construído em 2002, com capacidade para 202 passageiros e 150 toneladas de carga e velocidade de 15 nós.

O contrato de afretamento do navio "Chiquinho BL", construído em 2019, com capacidade para 430 passageiros e velocidade de 15 nós, foi celebrado em janeiro de 2020. O navio iniciou as suas operações no dia 6 de abril de 2020, após o necessário período de testes e certificação.

Os navios "Kriola" e "Praia D'Aguada" tiveram os respetivos contratos de afretamento celebrados aquando do início da concessão em 2019.

Caso seja necessário para cumprimento das obrigações da concessão, o navio "Liberdadi" está em *layup* (o *hire* só é devido pelos dias em que o navio esteja a ser explorado comercialmente).

De acordo com os contratos de afretamento acima referenciados, os mesmos podem ser denunciados, por escrito, pelo Afretador, com a antecedência mínima que varia entre 90 a 180 dias, sem originar para o afretador qualquer ónus ou direito superveniente ao ato da denúncia.

Assim, atendendo à prevalência da substância sobre a forma, os contratos acima mencionados classificam-se como locações operacionais uma vez que não cumprem os seguintes critérios que qualificam as locações financeiras:

(a) a locação transfere a propriedade do ativo para o locatário no fim do prazo da locação;

- (b) o locatário tem a opção de comprar o ativo por um preço que se espera que seja suficientemente mais baixo do que o justo valor à data em que a opção se torne exercível tal que, no início da locação, seja razoavelmente certo que a opção será exercida;
- (c) o prazo da locação abrange a maior parte da vida económica do ativo ainda que o título de propriedade não seja transferido;
- (d) no início da locação o valor presente dos pagamentos mínimos da locação ascende a pelo menos, substancialmente, todo o justo valor do ativo locado; e
- (e) os ativos locados são de uma tal natureza especializada que apenas o locatário os pode usar sem que sejam feitas grandes modificações.

#### **2.6. Imparidade de ativos fixos tangíveis**

Os ativos sujeitos a depreciação são revistos quanto à imparidade sempre que os eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o valor realizável de um ativo, menos os gastos para venda, e o seu valor de uso. Para realização de testes de imparidade, os ativos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa).

#### **2.7. Inventários**

Os inventários são registados ao menor de entre o custo de aquisição (o qual inclui o valor da fatura do fornecedor, acrescido de despesas adicionais e compra) e o valor líquido de realização. O custo inclui o custo de compra, custos de transporte e outros custos diretamente relacionados, quando não incluídos no próprio preço de compra. Os inventários referem-se, essencialmente, ao gasóleo existente nos depósitos dos navios (ver Nota 6).

O método de custeio dos inventários é o custo médio ponderado.

Os ajustamentos em inventários são calculados por referência a critérios de avaliação técnico-comercial.

#### **2.8. Ativos e passivos financeiros**

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados ao custo ou ao custo amortizado sempre que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e



- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

**a. Contas a receber de clientes e outros devedores**

Os saldos de clientes e outros devedores são registados inicialmente pelo seu valor nominal (histórico) ou, caso aplicável, ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os riscos efetivos de cobrança associados às contas a receber de clientes e outros devedores, apurados por referência a critérios de gestão e de avaliação comercial, são objeto de ajustamento por imparidade.

**b. Caixa e equivalentes de caixa**

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e outros investimentos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários apresentados no balanço na rubrica de Financiamentos obtidos.

**c. Fornecedores e outras contas a pagar**

Os saldos de fornecedores e de outras contas a pagar, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

**d. Financiamentos bancários**

Os empréstimos obtidos são reconhecidos inicialmente ao seu valor nominal ou justo valor, quando diferente, deduzido dos respetivos custos de transação quando incorridos. Os empréstimos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de custos de transação) e o valor amortizado é reconhecido na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo corrente, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

**(i) Imparidade de ativos financeiros**

Os ativos financeiros são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

11

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Perdas por imparidade" no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade". Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

#### **(ii) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros**

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

#### **2.9. Capital próprio**

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio, quando realizadas.

A parcela não realizada do capital social não é objeto de registo. Quando houver, os custos inerentes à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio, como uma dedução das entradas de capital.

As prestações acessórias de capital são reconhecidas no Capital próprio, quando não existe prazo de reembolso definido, não estejam sujeitas a juros e cumpram as demais condições de reconhecimento na rubrica de capital próprio.

#### **2.10. Reconhecimento do crédito**

O produto das vendas decorrentes do transporte de passageiros e carga é registado como proveito do exercício com referência à data em que o serviço é efetivamente prestado.

As comissões concedidas aos agentes pela venda de bilhetes integram a demonstração de resultados do exercício em que as vendas são efetuadas.

Até 19 de abril de 2023, a remuneração da concessionária (Cabo Verde Interilhas) atribuída pela concedente (Estado de Cabo Verde) pelas obrigações de serviço público impostas à concessionária, correspondente a 10% das Vendas e Prestação de Serviços (nos termos do número 2 da cláusula 23<sup>a</sup> do contrato de concessão e do ponto VI do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira – EVEF),



era reconhecida numa base anual na demonstração de resultados por natureza, na rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" (Ver Nota 23).

Com a assinatura do terceiro aditamento ao contrato de concessão (Nota 9) esta remuneração terminou.

#### **2.11. Subsídios à exploração**

Até 19 de abril de 2023, os subsídios à exploração, correspondente à estimativa de indemnização compensatória com o objetivo de compensar a Empresa pelos défices de exploração do serviço público, no âmbito do contrato de concessão, eram reconhecidos na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que estes défices eram gerados.

Com base no terceiro aditamento ao contrato passou a existir uma indemnização fixa paga trimestralmente.

#### **2.12. Gestão de riscos financeiros**

A exposição da Empresa a riscos financeiros não é significativa e inclui principalmente risco de crédito aos clientes aos quais é concedido prazo de crédito no pagamento.

##### **(i) Risco cambial**

O risco cambial é reduzido, dado que (a) existe uma paridade fixa do Escudo face ao Euro, (b) as vendas são realizadas exclusivamente em Escudos e (c) os financiamentos obtidos são igualmente em Escudos.

##### **(ii) Risco da taxa de juro**

Os empréstimos vencem juros a taxas fixas em linha com o mercado, pelo que o risco de variação de taxa de juro é reduzido (Nota 17).

##### **(iii) Risco de crédito**

Sendo definidos limites de crédito para os clientes e dado as vendas serem efetuadas a pronto pagamento, na sua maioria, não se considera existir concentração de risco de crédito.

##### **(iv) Risco de liquidez**

A Empresa apresenta fundo de maneio positivo em 31 de dezembro de 2023 na ordem dos 230.993 mCVE (205.618 mCVE em 31 de dezembro de 2022). Espera-se que continue a gerar fluxos de caixa operacionais positivos suficientes para suprir as suas necessidades de tesouraria, pelo que o risco de liquidez é reduzido. Entretanto, a Empresa recorre a financiamento bancário para fazer face a necessidades de tesouraria (Nota 17).

#### **2.13. Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRPC) e impostos diferidos**

O Código do IRPC estipula que o rendimento tributável das pessoas coletivas é determinado com base no resultado do exercício antes de imposto, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos não aceites fiscalmente. A taxa de IRPC é de 22% ao qual acresce 0,44% (2% da taxa de IRPC) relativo à taxa de incêndio.

O mesmo código estipula taxas de tributação autónoma, sobre determinadas despesas, independentemente de a Empresa apresentar resultado positivo ou não.

*[Handwritten signature]*  
13

O imposto sobre o rendimento do período registado na demonstração dos resultados corresponde ao somatório dos impostos correntes com os impostos diferidos do período. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

Os prejuízos fiscais são reportáveis por um período de 7 anos e suscetíveis de dedução, não podendo a dedução em cada exercício ser superior a 50% do lucro tributável apurado.

Os resultados fiscais podem ser revistos pela Administração Fiscal por um período de cinco anos.

Os impostos diferidos são reconhecidos tendo em conta as diferenças temporárias entre a base contabilística dos correspondentes ativos e passivos e a respetiva base fiscal. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor (formalmente emitidas na data de relato) ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

#### **2.14. Provisões, passivos e ativos contingentes**

As provisões são registadas quando a Empresa (a) tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, (b) é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e (c) o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

#### **2.15. Especialização de exercícios**

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o princípio da especialização de exercícios, ou seja, são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e rendimentos gerados, são registados no balanço nas rubricas de "Outras contas a pagar" e "Outras contas a receber".

#### **2.16. Responsabilidades assumidas para com o pessoal**

De acordo com a legislação Cabo-verdiana vigente, os trabalhadores têm anualmente direito a um mês de férias remuneradas e os tripulantes dos navios têm anualmente direito a quatro meses de férias

*[Assinatura]*  
14

remuneradas, encargo este que representa um direito adquirido pelo serviço prestado no ano civil anterior ao do seu pagamento.

Os trabalhadores da Empresa encontram-se integralmente abrangidos pelo esquema oficial de previdência social, patrocinado pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), não assumindo a Empresa qualquer responsabilidade, presente ou futura, relacionada com o pagamento de pensões ou complementos de reforma.

#### **2.17. Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação de políticas contabilísticas**

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuadas estimativas e julgamentos, utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do exercício.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Empresa são apresentadas nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;
- b) Imparidade de contas a receber;
- c) Mensuração da conta a receber do Estado de Cabo Verde pelo custo amortizado;
- d) Subsídio à exploração – Indemnização compensatória (até 19 de abril de 2023); e
- e) Acréscimos de gastos.

A Empresa considera que os julgamentos efetuados são apropriados e que as Demonstrações Financeiras apresentam de forma adequada a sua posição financeira e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

### **3. FLUXOS DE CAIXA**

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento. A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros recebidos como atividades de investimento.

São considerados Caixa e Equivalentes os saldos de Caixa e Depósitos bancários que estejam disponíveis para uso num prazo curto que não exceda os três meses. Adicionalmente, consideram-se também Equivalentes de Caixa as aplicações financeiras que estejam disponíveis para uso num prazo não superior a três meses e em relação às quais a variação de justo valor não seja significativa.

*[Handwritten signatures and initials]*  
15

O saldo da rubrica “Outros recebimentos/pagamentos operacionais” da Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2023, no montante de 902.103 mCVE (2022: 655.575 mCVE), inclui, essencialmente, (i) recebimentos no montante de 933.622 mCVE (2022: 748.473 mCVE), relativos à compensação indemnizatória (ver Nota 9) e (ii) pagamentos de 29.059 mCVE (2022: 36.064 mCVE) relativos à previdência social.

#### 4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos nesta rubrica decompõem-se como segue (em mCVE):

Quantia bruta escriturada	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento administrativo	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
<b>Saldo inicial</b>	<b>9.247</b>	<b>1.206</b>	<b>8.366</b>	<b>-</b>	<b>18.820</b>
Aquisições	3.060	-	822	-	3.882
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>12.307</b>	<b>1.206</b>	<b>9.188</b>	<b>-</b>	<b>22.701</b>
Aquisições	11.239	-	4.167	14.140	29.546
Alienações	(1.433)	-	-	-	(1.433)
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>22.113</b>	<b>1.206</b>	<b>13.354</b>	<b>14.140</b>	<b>50.814</b>
<hr/>					
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento administrativo	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
<b>Saldo inicial</b>	<b>1.805</b>	<b>685</b>	<b>5.185</b>	<b>-</b>	<b>7.675</b>
Gasto com depreciações do período	1.409	302	2.078	-	3.789
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>3.214</b>	<b>987</b>	<b>7.263</b>	<b>-</b>	<b>11.464</b>
Gasto com depreciações do período	1.628	209	797	-	2.635
Alienações	(493)	-	-	-	(493)
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>4.349</b>	<b>1.196</b>	<b>8.061</b>	<b>-</b>	<b>13.606</b>
<hr/>					
<b>Valor líquido em 31/12/2022</b>	<b>9.093</b>	<b>220</b>	<b>1.925</b>	<b>-</b>	<b>11.237</b>
<b>Valor líquido em 31/12/2023</b>	<b>17.763</b>	<b>10</b>	<b>5.294</b>	<b>14.140</b>	<b>37.208</b>

Em 2023 as adições compreendem, essencialmente, (i) em Equipamento básico balsas (9.025 mCVE), três arcas frigoríficas (142 mCVE), estantes racks (1.595 mCVE); e (ii) em Equipamento administrativo, sistema de videovigilância, duas Smart TV, três monitores, dois equipamentos de ar condicionado e várias secretárias e móveis.

Em ativos em curso estão registadas as obras no armazém no Porto da Praia, objeto de contrato de locação com a Enapor, para o qual estimamos uma vida útil de 3 anos.

Em 2022, as adições compreendiam, essencialmente, (i) em Equipamento Básico, um empilhador elétrico (1.518 mCVE) e uma balança (992 mCVE); e (ii) em Equipamento Administrativo, portáteis, secretárias, cadeiras e outros materiais de escritório.

#### 5. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Esta rubrica compreende o saldo do depósito a prazo no montante de 52.159 mCVE (2022: 52.159 mCVE), constituído penhor a favor da Caixa Económica de Cabo Verde (CECV), pelo prazo de 20 (vinte) anos, em garantia de todas as responsabilidades emergentes do contrato de garantia bancária emitida pela CECV a favor do Estado de Cabo Verde, no montante de 77.884 mCVE, destinado a garantir a boa execução do Contrato de Concessão do Serviço Público de transporte marítimo de passageiros e carga inter-ilhas.

(J) 27/01/2024  
16

## 6. INVENTÁRIOS E GASTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

O saldo da rubrica de Inventários, no valor de 11.535 mCVE (2022: 16.757 mCVE), inclui (i) o gasóleo existente nos depósitos dos navios, no montante de 10.157 mCVE (2022: 15.288 mCVE) e (ii) as peças e componentes para a frota operacional, no montante de 1.378 mCVE (2022: 1.469 mCVE), ainda não consumidos à data do balanço.

O saldo da rubrica de Gastos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas inclui (i) o consumo de gasóleo nos navios, no montante de 353.429 mCVE (2022: 485.339 mCVE) e (ii) o custo das mercadorias vendidas a bordo dos navios, no montante de 7.655 mCVE (2022: 7.996 mCVE).

O saldo desta rubrica decompõe-se como segue (em mCVE):

	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	
	2023	2022
Saldo inicial de inventários	16.757	10.030
Compras	355.863	500.062
Saldo final de inventários	11.535	16.757
Gastos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	361.084	493.335

## 7. CLIENTES

A rubrica de Clientes em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é detalhada como segue (em mCVE):

	2023	2022
Partes Relacionadas		
NAVEX - Cabo Verde	14.394	13.535
ETE Logística Cabo Verde Lda	20.566	4.489
S&C Gestão de Navios e Tripulação	691	148
TRANSINSULAR CABO VERDE TRANSPORTES	576	1.916
S&C Cabo Verde Gestao de Navios e Tripulação	4.631	-
Outras Entidades		
GAB.DO MINISTRO ADJ DO 1º MINISTRO	8.036	161
CV TRANSIT E AGENC. DE NAVIOS LDA	6.908	6.908
Instituto do Desporto e da Juventude	1.007	114
PROLACT LDA	868	194
MOVIMENTO PARA DEMOCRACIA	717	717
UPRA ANIMAL	442	575
POLICIA JUDICIARIA	421	-
DIREÇÃO NACIONAL DA POLÍCIA NACIONAL	363	527
ENAPOR PORTOS DE CABO VERDE	354	2.579
ENACOL	337	297
FORÇAS ARMADAS DE CABO VERDE	303	805
SERVIÇO NAC. PROTEÇÃO CIVIL	18	1.175
Outros (inferior a 300 mCVE)	3.810	2.928
Imparidade CV TRANSIT E AGENC. DE NAVIOS LDA	(6.908)	(6.908)
	57.535	30.161

As perdas por imparidade acumuladas não registaram qualquer movimento em 2023.



Handwritten signature and initials in blue ink, appearing to read 'J. J. 17'.

## 8. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a rubrica Estado e outros entes públicos no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos (em mCVE):

		2023	2022
<b>Saldos Devedores</b>			
IVA - Imposto sobre o valor acrescentado	(i)	8.724	9.448
Imposto sobre lucros	(ii)	-	20.782
Imposto sobre rendimentos - retenções na fonte		-	157
		<u>8.724</u>	<u>30.387</u>
<b>Saldos Credores</b>			
IVA - Imposto sobre o valor acrescentado	(i)	-	-
Imposto sobre lucros	(ii)	6.584	33.439
Contribuições para a Previdência Social	(iii)	5.271	5.869
Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares	(iv)	2.546	2.557
		<u>14.400</u>	<u>41.865</u>

### (i) IVA – Imposto sobre Valor Acrescentado

Compreende o imposto a recuperar.

### (ii) Imposto sobre lucros

Em 2023, o saldo credor de 6.584 mCVE inclui 26.663 mCVE correspondente à estimativa do imposto sobre lucros do exercício (montante remanescente relativo a imposto de exercícios anteriores) deduzido dos pagamentos fracionados feitos por conta do referido imposto.

O valor do imposto sobre o rendimento para o período findo a 31 de dezembro de 2023 e 2022, evidenciado na Demonstração dos resultados, foi calculado como segue:

	2023	2022
Resultado antes de impostos	119.566	122.827
Outros gastos / (proveitos não tributados) não aceites	(545)	2.415
Lucro tributável / (Prejuízo fiscal)	119.020	125.243
Taxa nominal agregada de imposto sobre o rendimento	22%	22%
	<u>26.184</u>	<u>27.553</u>
Diferenças permanentes:		
Tributação autónoma	77	55
Outros	(120)	-
	<u>(43)</u>	<u>55</u>
Taxa de Incêndio	521	551
Total de Imposto corrente	I	26.663    28.159
Total de Imposto diferido	II	-
Total de Imposto sobre o rendimento do período	III = I + II	<u>26.663</u> <u>28.159</u>

### (iii) Contribuições para a Previdência Social

O saldo comprehende as contribuições da Empresa para a previdência social referentes ao mês de dezembro, a serem liquidadas em janeiro do ano seguinte.

### (iv) Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares

O saldo comprehende as retenções efetuadas no processamento de remunerações do pessoal, no montante de 2.131 mCVE (2022: 2.173 mCVE), e de trabalhadores independentes, no montante de 415 mCVE (2022: 384 mCVE), referentes ao mês de dezembro, a serem liquidadas no mês seguinte.

## 9. OUTRAS CONTAS A RECEBER

O saldo de Outras contas a receber (corrente e não corrente) é como segue (em mCVE):

	2023	2022
<b>ESTADO DE CABO VERDE</b>		
Corrente		
Devedores por acréscimos de rendimentos	- 703.833	
Conta Corrente	- 847.226	
Não corrente	1.027.261	-
Outros acréscimos de rendimentos	2.494	-
Transinsular Cabo Verde	1.783	336
Navex - Cabo Verde	5.454	9.427
ETE Logística Cabo Verde Lda	783	186
S&C Cabo Verde	394	1.199
S&C Portugal	51	13.349
Pessoal	25	18
Outros	3.418	2.559
	<b>1.041.663</b>	<b>1.578.134</b>

O saldo de 1.027.261 mCVE (2022: 1.551.059 mCVE) comprehende o valor a receber do Estado de Cabo Verde respeitante ao montante da indemnização compensatória (ver movimento abaixo), líquido do montante de 103.336 mCVE relativo ao efeito de juro na mensuração pelo custo amortizado desta conta a receber. A taxa de juro implícita na mensuração foi 7%, em linha com o custo suportado pela Empresa para suprir o défice de tesouraria gerado por esta conta a receber (ver Nota 17). Até 31 de dezembro de 2022 a Empresa mensurava esta conta a receber pelo seu custo por via da expectativa de recebimento integral a curto prazo. Em resultado da inversão desta expectativa de recebimento e por forma a permitir a resolução dos diferendos que não permitem o reconhecimento pelo Estado dos montantes de 251.461 mCVE e 482.248 mCVE, referentes aos exercícios de 2021 e 2022, respetivamente, a Empresa irá submeter um pedido de arbitragem até à primeira quinzena de abril de 2024. Este pedido de arbitragem, conforme mecanismo previsto no contrato de concessão, será relativo à integralidade da conta a receber e a Empresa tem a expectativa de conclusão no prazo de 1 ano.

É entendimento da Administração da Empresa, suportado nos pareceres dos seus consultores jurídicos independentes, o direito inequívoco em receber os montantes não aceites e como tal, o julgamento tomado de não registar qualquer perda por imparidade nas contas de 2023 relativo a esta conta a receber.

O saldo de 1.027.261 mCVE inclui o montante de 78.083 mCVE relativo à perda de receita pela modificação imposta pelo concedente (suspensão da revisão do tarifário), no período compreendido entre 20 de abril de 2023 e 1 de outubro de 2023. Este montante por prudência não foi reconhecido em resultados do exercício, tendo sido diferido por contrapartida da rubrica "Rendimentos a reconhecer" (Nota 10).

O saldo em 2022 de 999.788 mCVE incluía o montante de 703.833 mCVE relativo ao saldo ainda não faturado àquela data, relativo à estimativa da (a) indemnização compensatória pela prestação de serviço público e (b) remuneração da concessionária.

Os movimentos ocorridos nesta rubrica decompõem-se como se segue:

	2023	2022
Saldo inicial	1.551.059	999.788
Remuneração da concessionária (Nota 23)	27.176	122.827
Indemnização compensatória (anterior modelo) (Nota 20)	357.982	1.177.039
Indemnização compensatória (novo modelo) (Nota 20)	505.381	-
Indemnização compensatória - combustível (novo modelo) (Nota 20)	(27.706)	-
Compensação por suspensão de revisão do tarifário (Nota 10)	78.083	-
Recebimento do Estado (Nota 3)	(933.622)	(748.473)
Encontro de contas com valores a pagar a CVFF	(196.638)	-
Encontro de contas com valores a pagar a Enapor	(231.236)	-
Efeito financeiro de mensuração do saldo ao custo amortizado	(103.336)	-
Outras regularizações	118	(123)
	1.027.261	1.551.059

No dia 17 de janeiro de 2023 foi assinado um “Acordo de encontro de contas e regularização das dívidas entre o Estado, o FADSTM, a Enapor, S.A. e a CV Interilhas, S.A.”, em que o Estado assumiu através do FADSTM dever à CVI o montante total de 581.275 mCVE, e por sua vez, a CVI assumiu dever à Enapor o montante de 231.236 mCVE. Assim, o montante da indemnização compensatória foi deduzido da compensação de créditos relativos à dívida da CVI à Enapor. O valor remanescente de 350.030 m CVE foi liquidado em fevereiro e abril de 2023.

Em 19 de abril de 2023 foi assinado o “Acordo de Encontro de Contas e Regularização de Dívidas entre o Estado, o FADSTM, a CVFF, S.A. e a CV Interilhas, S.A.”, com o objetivo do saneamento, via encontro de contas, de parte das dívidas existentes entre o Estado, a CVFF, S.A. e a CVI. Com este novo acordo, o valor pendente do acordo com a Enapor assinado a 17 de janeiro de 2023 transita para este acordo.

Assim, conforme este acordo (i) a CVI reconheceu dívida à CVFF, S.A. no montante de 196.638 mCVE e (ii) o Estado assumiu através do FADSTM, por ora, dever à CVI o montante de 388.475 mCVE (montante que resulta do valor em dívida no dia 18 de abril de 2023 (113.635 mCVE) mais o montante da indemnização compensatória do 4º trimestre de 2022 (274.840 mCVE)).

Foi assinado a 20 de abril de 2023 o 3º Aditamento ao Contrato de Concessão do Serviço Público de Transporte Marítimo de Passageiros e Carga Inter-ilhas, com entrada em vigor nessa data. Para o período compreendido entre 1 de janeiro e 19 de abril de 2023, permaneceu em vigor as condições contratuais aplicáveis ao exercício de 2022 e anteriores.

Deste 3º Aditamento destacamos como alterações relevantes a indemnização compensatória ter caráter anual e consistir no pagamento de um valor fixo (727.749 mCVE como valor inicial anual de referência), o qual será automaticamente atualizado no início de cada ano civil, por aplicação da taxa de variação do Índice de Preços no Consumidor (“IPC”), quando o anterior modelo previa a compensação de custos elegíveis, acrescidos de uma remuneração de 10% sobre o valor das vendas

e serviços prestados. Adicionalmente, no início de cada ano civil será efetuado um ajustamento da componente da indemnização compensatória em função da variação dos custos dos combustíveis e o valor da indemnização compensatória fixo acima referido sofrerá uma redução ou um aumento na mesma medida da variação absoluta das receitas do serviço público concessionado, variação essa que terá como limite mínimo e limite máximo um montante correspondente a 10% das receitas do serviço público concessionado com referência ao Modelo Económico e Financeiro ("Modelo Financeiro") constante do 3º Aditamento ao Contrato de Concessão. Realça-se também a atualização do tarifário, tanto para passageiros, como carga.

O pagamento da indemnização compensatória será efetuado através de adiantamentos por conta da indemnização do ano a que respeita e em quatro prestações de igual valor, a ser pago no início por trimestre.

Importa realçar que conforme o referido Modelo Financeiro existe a aplicação do princípio de *ring fence* no apuramento dos custos da concessão, pelo que a definição do montante fixo de indemnização compensatória anual assumiu que não existe transposição de custos relevantes por recuperar no anterior modelo financeiro de concessão e que impactassem os resultados futuros.

Adicionalmente, em termos operacionais, a Empresa obriga-se a afetar à exploração uma frota de 3 navios, mais 1 navio em *layup*, face aos atuais 5 navios definidos contratualmente, com redefinição do mapa de viagens e níveis de serviço.

Os valores a receber de vários devedores, na qualidade de agentes, resultam da emissão de bilhetes de passagem e ordens de embarque, processados em nome da Empresa

## 10. DIFERIMENTOS

O saldo desta rubrica decompõe-se como segue:

	2023	2022
Ativos:		
Seguros	7.161	7.822
Outros gastos a reconhecer	<u>41.652</u>	<u>27.841</u>
	<b><u>48.813</u></b>	<b><u>35.664</u></b>
Passivos:		
Rendimentos a reconhecer	<u>97.923</u>	<u>14.270</u>
	<b><u>97.923</u></b>	<b><u>14.270</u></b>

Os outros gastos a reconhecer dizem respeito, essencialmente, (i) aos afretamentos do "Chiquinho BL" e do "Dona Tututa", relativos ao mês de janeiro de 2024, pagos em 2023, nos montantes de 13.604 mCVE (2022: 13.604 mCVE) e 11.964 mCVE (2022: 11.964 mCVE), respetivamente; (ii) a trabalhos de intervenção estruturantes do "Dona Tututa" a diferir pelo prazo do contrato de afretamento, no montante de 7.719 mCVE; e, à licença Ferrycloud, no valor de 1.961 mCVE (2022: 1.117 mCVE).

O saldo credor de 97.923 mCVE (2022: 14.270 mCVE) inclui, essencialmente, (i) 19.839 mCVE (2022: 10.603 mCVE) respeitantes a bilhetes emitidos no exercício para viagens a realizar no exercício seguinte e (ii) 78.023 mCVE referentes à perda de receita pela modificação imposto pelo concedente (suspensão da revisão do tarifário), no período de 20 de abril de 2023 a 01 de outubro de 2023, como referido na Nota 9.

JF  
21

## 11. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

O saldo desta rubrica de caixa e depósitos bancários é detalhado da seguinte forma:

Caixa e depósitos bancários	2023	2022
Caixa	495	475
Depósitos bancários à ordem		
Caixa Económica de Cabo Verde	75.520	83.349
IIB-International Investment Bank	61.407	102.610
	<b>137.422</b>	<b>186.434</b>

## 12. CAPITAL REALIZADO

Os movimentos registados nesta rubrica encontram-se evidenciados na Demonstração de alterações no capital próprio.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o Capital Social da Empresa ascende a 50.000 mCVE, totalmente subscrito e realizado, composto por 50.000 ações nominativas de valor nominal de 1 milhar de escudos cada, detido pelas seguintes entidades:

Estrutura Acionista	% detida	Capital detido
Transinsular-Transp. Marítimos Insulares SA	35,70%	17 850
Transinsular-Transp. Marítimos Insulares de Cabo Verd	15,30%	7 650
Diallo e Macedo-Companhia de Naveg. Lda (*)	2,72%	1 360
Biniline-Soc. Unipessoal, Lda (*)	4,84%	2 420
Oceanmade Lda (*)	6,45%	3 227
UTM União de Transportes Marítimos, Lda (*)	6,45%	3 227
Jô Santos & David, Lda	6,45%	3 226
José Eduardo Lopes Spencer (*)	6,45%	3 227
José Augusto Gomes Lima (*)	6,45%	3 226
Adriano António Lima (*)	4,84%	2 420
Luzimar-Soc. Unipessoal, Lda (*)	4,33%	2 167
	100,00%	50 000

(\*) As ações dos acionistas identificados foram realizadas com recurso financeiro do Estado de Cabo Verde, que detém, por isso, penhora sobre as mesmas.

### 13. RESERVAS LEGAIS

De acordo com a legislação vigente, a Reserva Legal é dotada com um mínimo de 5% do lucro líquido até atingir pelo menos 20% do capital social, não sendo livre para distribuição. Só podem ser utilizadas (i) para cobrir a parte do prejuízo registado no balanço de cada exercício que não possa ser coberta pela utilização de outras reservas, (ii) para cobrir os prejuízos transitados de exercícios anteriores que não possam ser cobertos pelo lucro do exercício nem pela utilização de outras reservas e, (iii) para incorporação no capital estatutário.

	2023	2022
<b>Saldo inicial</b>	10.000	6.091
Aplicação do resultado líquido do período anterior	-	3.909
<b>Saldo final</b>	<u>10.000</u>	<u>10.000</u>

O saldo em 31 de dezembro de 2022 advém da aplicação de resultados do exercício de 2021 no montante de 100.069 mCVE, conforme aprovação em Assembleia Geral de Acionistas decorrida no dia 31 de março de 2022, da seguinte forma:

- 3.909 m CVE para Reservas Legais; e
- 46.125 m CVE para Reservas Livres (ver Nota 14);
- 50.034 mCVE para dividendos.

### 14. RESERVAS LIVRES

O saldo em 31 de dezembro de 2023 advém da aplicação de resultados do exercício de 2022 no montante de 94.668 mCVE, conforme aprovação em Assembleia Geral de Acionistas decorrida no dia 20 de abril de 2023.

Foi deliberado adicionalmente a proposta a distribuição de dividendos no montante de 68.220 mCVE.

	2023	2022
<b>Saldo inicial</b>	114.345	68.220
Aplicação do resultado líquido do período anterior	94.668	46.125
Distribuição Dividendos	(68.220)	-
<b>Saldo final</b>	<u>140.793</u>	<u>114.345</u>

## 15. FORNECEDORES

O saldo decompõe-se como segue:

Fornecedores conta corrente:	2023	2022
<b>Nacionais</b>		
Enapor Portos de Cabo Verde	75.130	231.236
VIVO ENERGY CABO VERDE SA	53.548	29.267
S&C Cabo Verde Gestao de navios e Tripolacoens, Lda	44.631	196.863
Transinsular Cabo Verde	25.444	39.583
Navex - Cabo Verde	22.853	30.508
Cabo Verde Fast Ferry, S.A	20.700	190.906
ENACOL	16.416	57.223
ETE Logistica	7.142	8.436
CABNAVE-Estaleiros Navais de Cabo Verde, SA	-	36.925
Polaris Cia, S.A	-	32.973
SILMAC		680
Outros	14.338	21.235
	<b>280.202</b>	<b>875.836</b>
<b>Internacionais</b>		
Transinsular	22.626	-
Alexandre Albuquerque	1.479	-
Wide Travel - Viagens e Turismo,Lda	1.616	350
S&C Gestão de Navios e Tripulação Lda	417	627
Orey Técnica Serviços Navais, Lda		1.665
SOFRENA-AFRETAM. E NAVEG.SA	-	27.209
VIEIRA & SILVEIRA, SA	-	23.928
Impar Companhia de seguros	-	6.060
EDEA - Transport Technology	-	4.670
The West of England Insurance (Luxembourg), SA	-	2.011
Outros	913	6.919
	<b>27.051</b>	<b>73.439</b>
	<b>307.254</b>	<b>949.274</b>

A dívida a pagar à Enapor relacionava-se com os serviços portuários prestados à Empresa. Conforme indicado na Nota 9, o saldo transitado de 2022 foi incluído no encontro de contas e integralmente liquidado em janeiro de 2023.

Os saldos a pagar à Vivo Energy e à Enacol relacionam-se com abastecimentos de combustíveis para os navios.

A dívida a pagar à S&C relaciona-se com despesas de manutenção, reparação e serviços de gestão técnica dos navios. Com a sua criação em 2022, os serviços anteriormente prestados pela S&C Portugal passaram a ser prestados pela S&C Cabo Verde.

O saldo a pagar à Transinsular Cabo Verde relaciona-se com os fretes e outros custos de transporte de mercadoria.

O saldo a pagar à Cabo Verde Fast Ferry é devido pelo afretamento dos navios Kriola, Liberdadi e Praia D'Aguada e pelos serviços de agenciamento marítimo prestados nas ilhas do Fogo e da Brava.

A diminuição do saldo deve-se ao encontro de contas, efetuado em 2023, conforme indicado na Nota 9.

O saldo a pagar à Navex, é devido pelos serviços de agenciamento marítimo e pelos débitos das despesas pagas por conta e ordem da Empresa.

## 16. ACIONISTAS/SÓCIOS

O saldo representa a parcela pendente de liquidação referente aos dividendos relativos ao exercício de 2021, conforme o seguinte detalhe:

	2023	2022
Transinsular	17.862	17.862
Transinsular Cabo Verde	7.655	7.655
Outros	28.018	24.517
	<hr/> <u>53.535</u>	<hr/> <u>50.034</u>

## 17. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

O saldo decompõe-se como segue:

	2.023	2.022
Caixa Económica de Cabo Verde	258.816	258.816
IIB-International Investment Bank	257.285	257.264
	<hr/> <u>516.102</u>	<hr/> <u>516.081</u>

Os saldos correspondem às parcelas utilizadas no quadro de um contrato de crédito assinado conjuntamente com a Caixa Económica de Cabo Verde e com o International Investment, Bank, S.A., até ao montante de 518.246 mCVE, para fazer face ao défice de funcionamento da atividade no quadro do contrato de concessão.

Os empréstimos têm a duração de um ano, renovável e vencem juros à taxa anual de 7%. Os adiantamentos efetuados ao longo de cada trimestre contratual serão reembolsados juntamente com os juros, na data de vencimento destes. Encontram-se garantidos por aval do Estado de Cabo Verde.

25



## 18. OUTRAS CONTAS A PAGAR

O saldo desta rubrica apresenta o seguinte detalhe em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Outras dívidas a pagar:	2.023	2.022
Credores por acréscimos de gastos		
Docagens	75.224	45.611
Enapor	-	802
Transinsular	-	22.639
ENACOL	1.044	-
Transinsular Cabo Verde	428	-
Outros	15.277	8.780
Outros credores	4.838	444
Acréscimos de férias e remunerações a pagar	13.798	19.187
	<b>110.609</b>	<b>97.463</b>

O valor de 75.224 mCVE em 2023 diz respeito na sua maioria aos custos especializados com a docagem do "Liberdadi" (43.859 mCVE), do "Kriola" (17.504 mCVE), do "Dona Tututa" (8.479 mCVE) e do "Chiquinho BL" (2.163 mCVE), cujas faturas dos fornecedores não foram recebidas até 31 de dezembro. Em 2022, relacionava-se, essencialmente, com a docagem do D. Tututa.

Relativamente aos navios Liberdadi e Kriola, os custos com docagem resultam de obrigação contratual com o novo modelo operacional da concessão (Notas 0 e 9), que define a inclusão do Kriola na frota de 3 navios em permanente operação e o Liberdadi em *layup* com disponibilidade para operação. A definição do referido modelo operacional aplicável desde 20 de abril de 2023, acordado em substância com o Estado de Cabo Verde no final do 1º trimestre de 2023, requer que as reparações necessárias à boa operação destes navios são responsabilidade da CVI, a qual é reconhecida contabilisticamente com a sua aceitação.

O valor de 22.639 mCVE em 2022 compreendia os custos iniciais de constituição da Empresa suportados pela Transinsular, o qual foi liquidado no segundo trimestre de 2023.

Nos outros acréscimos de gastos estão incluídos maioritariamente o fee de agenciamento (7.405 mCVE) e afretamento do Kriola do mês de dezembro (3.738 mCVE).

## 19. VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

No decorrer de 2023 foram transportados um total de 441.213 passageiros (2022: 494.300), 38.248 viaturas (2022: 44.800) e 146.705 de toneladas de carga (2022: 191.200). O saldo da rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	2023	2022
Vendas a bordo	8.969	11.785
Passageiros e carga	1.163.914	1.216.488
	<b>1.172.883</b>	<b>1.228.273</b>

## 20. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

O saldo desta rubrica corresponde em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	2023	2022
Indemnização compensatória (modelo financeiro até 19 de abril de 2023)	357.982	1.177.039
Indemnização compensatória (novo modelo financeiro)	505.381	-
Indemnização compensatória (novo modelo financeiro - ajustamento combustível)	(27.706)	-
	<hr/> 835.657	<hr/> 1.177.039

Até 19 de abril de 2023, a indemnização compensatória era atribuída pela concedente (Estado de Cabo Verde) pelas obrigações de serviço público impostas à concessionária (CV Interilhas), nos termos do número 2 da cláusula 23<sup>a</sup> do contrato de concessão e do ponto VI do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF), parte integrante daquele contrato (ver Nota 9).

A compensação dos prejuízos era calculada com base nos resultados operacionais apurados em função das receitas obtidas na exploração do serviço concessionado e dos custos elegíveis, de acordo com a fórmula seguinte:

Resultados = Receitas de Exploração - Custos Elegíveis.

Assim, não havendo custos considerados não elegíveis, a indemnização compensatória correspondia ao resultado, negativo, do período antes de impostos, antes de considerar os registos do próprio subsídio e da remuneração da concessão.

Com a assinatura do 3º Aditamento ao Contrato de Concessão do Serviço Público de Transporte Marítimo de Passageiros e Carga Inter-ilhas, com entrada em vigor após 19 de abril de 2023, a indemnização compensatória passou a ter caráter anual e a consistir no pagamento de um valor fixo, o qual será automaticamente atualizado no início de cada ano civil, por aplicação da taxa de variação do Índice de Preços no Consumidor (“IPC”).

Adicionalmente, no início de cada ano civil será efetuado um ajustamento da componente da indemnização compensatória em função da variação dos custos dos combustíveis e o valor da indemnização compensatória fixo acima referido sofrerá uma redução ou um aumento na mesma medida da variação absoluta das receitas do serviço público concessionado, variação essa que terá como limite mínimo e limite máximo um montante correspondente a 10% das receitas do serviço público concessionado com referência ao Modelo Económico e Financeiro (“Modelo Financeiro”).

O montante de 477.975 mCVE inclui o valor 505.381 mCVE relativo à indemnização compensatória conforme novo modelo financeiro (período 20 de abril a 31 de dezembro de 2023), deduzido do montante de 27.706 mCVE relativo ao ajustamento no custo do combustível da frota resultante da diferença entre o custo médio de compra no exercício de 2023 e o valor médio de referência incluído na definição do modelo financeiro.

27



## 21. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de fornecimentos e serviços externos apresenta o seguinte detalhe:

		2023	2022
<b>Fornecimentos e Serviços Externos:</b>			
AFRETAMENTOS (i)		338.845	440.819
CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO (ii)		324.765	451.825
DESPESAS COM CARGA E DESCARGA (iii)		99.402	201.796
RENDAS E ALUGUERES (iv)		80.214	83.196
DESPESAS COM AGÊNCIAS (v)		77.432	71.872
DESPESAS COM NAVIOS (vi)		52.854	68.942
TRABALHOS ESPECIALIZADOS (vii)		43.902	46.810
SEGUROS		43.890	50.472
OLEOS E LUBRIFICANTES		9.601	13.009
TRANSPORTES		11.368	16.000
OUTROS NÃO DETALHADOS		98.220	103.902
		<b>1.180.493</b>	<b>1.548.644</b>

- i. Representa os gastos com o afretamento dos navios afetos à concessão.
- ii. Referem-se, essencialmente, aos gastos de manutenção e conservação dos navios resultantes da docagem do "Liberdadi", do "Dona Tututa", do "Kriola" e do "Chiquinho BL" (Nota 18).
- iii. O saldo desta rubrica compreende essencialmente as taxas de tráfego e estiva de mercadorias e taxas de porto para cargas e descargas cobradas pela Enapor.
- iv. Compreendem (a) rendas dos armazéns, das instalações administrativas e de habitação para alojamento de colaboradores e (b) alugueres de viaturas ligeiras para transporte de pessoal e carga e de viaturas pesadas e outros equipamentos de apoio ao armazém.
- v. Esta rubrica regista os gastos relacionados com comissões pagas pelos serviços de agenciamento marítimo e as comissões de venda às agências de viagem pela venda de bilhetes.
- vi. Representam as taxas portuárias cobradas aos navios de cabotagem.
- vii. O saldo desta rubrica está relacionado com os serviços de assistência técnica e operacional, assessoria jurídica, desenvolvimento e implementação de sistemas de informação e outras despesas necessárias às operações da Empresa.

## 22. GASTOS COM O PESSOAL

O saldo decompõe-se como segue:

	2023	2022
Remunerações dos orgãos sociais	9.818	9.359
Remunerações do pessoal	121.791	152.873
Encargos sobre remunerações	29.059	36.064
Outros gastos com o pessoal	<b>79.856</b>	<b>109.253</b>
	<b>240.524</b>	<b>307.548</b>

O número médio de colaboradores ao serviço da Empresa durante o período findo 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi de 143 e 170, respetivamente.

Os "Outros gastos com o pessoal" são relativos a subsídios pagos aos colaboradores que estão a trabalhar nas embarcações e as férias e subsídio de férias.

## 23. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

O saldo desta rubrica decompõe-se como se segue:

	2023	2022
Remuneração da Concessão	27.176	122.827
Indemnização de seguro	588	179
Outros	13.098	8.617
	<b>40.861</b>	<b>131.623</b>

A remuneração da concessão, correspondente a 10% das Vendas e Prestação de serviços foi atribuída pela concedente (Estado de Cabo Verde) pelas obrigações de serviço público impostas à concessionária (CV Interilhas), nos termos do número 2 da cláusula 23<sup>a</sup> do contrato de concessão e do ponto VI do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF), parte integrante daquele contrato (em vigor até 19 de abril de 2023) (ver Nota 9).

## 24. RESULTADOS FINANCEIROS

A rubrica de resultados financeiros decompõe-se da seguinte forma:

	2023	2022
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Relativo a depósitos	269	891
	<b>269</b>	<b>891</b>
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	29.143	47.683
Outros gastos financeiros (Nota 9)	103.336	-
Relativos a financiamentos obtidos	877	1.871
	<b>133.356</b>	<b>49.555</b>

Os juros e gastos similares suportados incluem, essencialmente, juros de financiamentos bancários (ver Nota 17) e o impacto da mensuração pelo custo amortizado da dívida do Estado (ver Nota 9).

## 25. RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS FINANCEIROS NÃO INCLUÍDOS NO BALANÇO

A 31 de dezembro de 2023, as responsabilidades e compromissos financeiros não incluídos no balanço, relacionam-se, essencialmente, com as rendas de locação operacional das embarcações. No caso do "Chiquinho BL", "Dona Tututa" e "Kriola" foi entendimento da Administração que os períodos de renovação anual tivessem o máximo de 5 anos. Os montantes totais dos pagamentos mínimos futuros são os seguintes (em mCVE):

Navio	Valor diário	2024	2025	Superior a 2 anos
KRIOLA	138	50.538	50.538	50.538
CHIQUINHO BL	439	160.182	160.182	160.182
DONA TUTUTA	386	140.864	140.864	69.853
		351.584	351.584	280.573

Caso seja necessário para cumprimento das obrigações da concessão, o navio "Liberdadi" está em LAYUP (o hire só é devido pelos dias em que o navio esteja a ser explorado comercialmente).

## 26. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A APLICAÇÃO DO REGIME DO ACRÉSCIMO

As demonstrações financeiras da entidade foram preparadas de acordo com o regime contabilístico do acréscimo. Através deste regime, os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (e não quando caixa e equivalentes sejam reconhecidos ou pagos) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem (ver Notas 9, 10 e 18).

## 27. PARTES RELACIONADAS

Os saldos com entidades relacionadas a 31 de dezembro de 2023 e 2022 apresentam a seguinte composição:

	Partes relacionadas / Saldos em 31/12/2023	Ativo corrente			Passivo corrente	
		Clientes c/c (Nota 7)	Outros créditos a receber (Nota 9)	Diferimentos (Nota 10)	Outras dívidas a pagar (Nota 18)	Fornecedores (Nota 15)
Acionista	Transinsular-Transp Marítimos Insulares S.A Transinsular-Transp Marítimos Insulares de Cabo Verde S.A	576	1.783	-	1 428	22.626 25.444
Outras partes relacionadas	NAVEX - Cabo Verde, Lda	14.394	5.454	-	-	22.853
	ETE - Logística Cabo Verde, Lda	20.566	783	-	-	7.142
	S&C Cabo Verde, Lda.	4.631	394	-	64.171	44.631
	S&C Gestão de Navios e Tripulação, Lda	691	51	-	9.072	417
	NAVALPRIME - Serviços de engenharia, S.A	215	-	-	-	92
	Ocean Horse Operações Marítimas e Portuária, S.A	-	-	-	-	-
	ETE SGPS, SA	-	53	-	-	7
	Sofrena - Afretamen. e Naveg SA	-	-	13.604	-	-
	Navex - Empresa Portuguesa de Navegação	-	-	-	-	-
	TSM	-	-	-	-	-
	Meira & Silveira	-	-	11.964	-	-
	Total	41.073	8.518	25.568	73.671	123.212

Demonstrações Financeiras Exercício 2023

	Partes relacionadas / Saldos em 31/12/2022	Ativo corrente			Passivo corrente	
		Clientes c/c (Nota 7)	Outros créditos a receber (Nota 9)	Diferimentos (Nota 10)	Outras dívidas a pagar (Nota 18)	Fornecedores (Nota 15)
Acionista	Transinsular-Transp. Marítimos Insulares S.A Transinsular-Transp. Marítimos Insulares de Cabo Verde S.A	1 916	336	-	22 639	1
Outras partes relacionadas	NAVEX - Cabo Verde, Lda	13 535	9 427	-	-	30 508
	ETE - Logística Cabo Verde, Lda	4 489	186	-	-	8 436
	S&C Cabo Verde, Lda.	-	1 199	-	42 903	196 863
	S&C Gestão de Navios e Tripulação, Lda	148	13 349	-	2 708	627
	Ocean Horse Operações Marítimas e Portuária, S.A	-	-	-	-	221
	ETE SGPS, SA	-	-	-	-	30
	Sofrena - Afretamen. e Naveg. SA	-	-	13 604	-	27 209
	Navex - Empresa Portuguesa de Navegação	-	-	-	-	82
	TSM	-	-	-	-	28
	Vieira & Silveira	-	-	11 964	-	23 928
	Total	20 088	24 498	25 568	68 250	327 513

As principais transações com entidades relacionadas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são apresentadas no quadro seguinte:

	Partes relacionadas / Ano 2023	Prestações de serviços	Compras de mercadorias	Fornecimentos e serviços externos e Outros gastos
				Nome
Acionista	Transinsular-Transp. Marítimos Insulares S.A Transinsular-Transp. Marítimos Insulares de Cabo Verde S.A	1.408	-	22.626 20.143
Outras partes relacionadas	NAVEX - Cabo Verde, Lda.	660.027	-	83.859
	ETE - Logística Cabo Verde, Lda.	74.568	-	39.809
	S&C Cabo Verde, Lda.	-	-	315.253
	ETE SGPS, SA	-	-	4.822
	Sofrena	-	-	160.182
	Ocean Horse Operações Marítimas e Portuária, S.A	-	-	2.805
	Navalprime	-	-	2.757
	S&C Gestão de Navios e Tripulação, Lda.	-	-	10.373
	VIEIRA & SILVEIRA, SA	-	-	140.864
	Total	736.002	0	803.492

	Partes relacionadas / Ano 2022	Prestações de serviços	Compras de mercadorias	Fornecimentos e serviços externos e Outros gastos
				Nome
Acionista	Transinsular-Transp. Marítimos Insulares S.A Transinsular-Transp. Marítimos Insulares de Cabo Verde S.A	2 050	-	44 38 085
Outras partes relacionadas	NAVEX - Cabo Verde, Lda.	346 382	-	65 433
	ETE - Logística Cabo Verde, Lda.	53 356	-	45 157
	S&C Cabo Verde, Lda.	-	-	226 644
	E.T.G.-Transp. Gestão S.A.	-	1 518	573
	Empresa de Trafego e Estiva, SA	-	-	191
	ETE SGPS, SA	-	-	4 344
	Sofrena	-	-	160 182
	Ocean Horse Operações Marítimas e Portuária, S.A	-	-	2 828
	Navalprime	-	-	428
	Navaltagus	-	-	30 116
	Alanport - Soc. Explor. Portuária	-	-	240
	VIEIRA & SILVEIRA, SA	-	-	153 088
	Total	401 788	1 518	727 353

31

## 28. RESULTADO POR AÇÃO BÁSICO

O resultado por ação básico é calculado dividindo o resultado atribuível ao acionista pelo número médio ponderado de ações, como segue:

	2.023	2.022
Resultado atribuível aos acionistas (mCVE)	92.903	94.668
Nº médio ponderado de ações	50.000	50.000
 Resultado por ação básico (CVE)	 1.858	 1.893

## 29. GARANTIAS

Além das referidas na Nota 5, não existem outras garantias prestadas pela Empresa.

## 30. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

### Honorários do Auditor Independente:

Os honorários com serviços de Auditoria às demonstrações financeiras do exercício de 2023, ascendem a 4.385 mCVE (2022: 1.640 mCVE), o que inclui os honorários adicionais pela auditoria das demonstrações financeiras para o período compreendido entre 1 de janeiro e 19 de abril de 2023.

### Remunerações do Conselho de Administração:

Os administradores durante o ano de 2023 auferiram remuneração no montante de 9.818 mCVE (2022: 9.359 mCVE) (Nota 22).

### Remuneração do Órgão de Fiscalização:

O montante anual auferido pelos membros do Órgão de Fiscalização ascende a 550 mCVE (2022: 550 mCVE).

## 31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 19 de fevereiro de 2024 foi confirmado pelo Estado de Cabo Verde o valor da indemnização compensatória para o exercício de 2024, a qual irá ascender a 741.576 mCVE. Esta será paga em prestações trimestrais, as quais incluirão a dedução dum quarto do ajustamento de 27.706 mCVE ao custo do exercício de 2023 com combustível da frota.

Exceto o assunto referido acima, após a data do Balanço e até à data da aprovação das Demonstrações Financeiras, não se verificou a ocorrência de acontecimentos que dessem lugar a ajustamentos nas Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, assim como não foram recebidas novas informações que justificassem divulgações adicionais específicas neste anexo.

A Administração

O Diretor Financeiro

O Contabilista Certificado

Florentino Gomes Cardoso  
Inscrito na OPACC  
Cédula Profissional nº 517

## Relatório do Auditor Independente

### **Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Cabo Verde Interilhas - Transportes Marítimos, S.A. (a Empresa), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da Cabo Verde Interilhas - Transportes Marítimos, S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Cabo Verde através do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro.

### **Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras".

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Somos independentes da Empresa de acordo com os requisitos do código de ética do *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA) e com os requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Cabo Verde, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nestes requisitos e no código de ética do IESBA.

### **Ênfase**

Conforme referido na Nota 9 do Anexo às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2023 a Empresa mantém um saldo líquido a receber do Estado de Cabo Verde relacionado com indemnização compensatória, no montante de 1 027 161 milhares de Escudos (mCVE), o qual inclui saldos contestados pelo devedor referentes aos exercícios de 2021 e 2022. Com vista à resolução deste diferendo e permitir a realização integral do saldo líquido a receber, conforme mecanismo previsto no contrato de concessão, a Empresa vai avançar com processo em sede de arbitragem em abril de 2024. É convicção da Administração que o saldo em disputa será inteiramente recuperado, pelo que não foi reconhecido qualquer ajustamento por imparidade. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.



### ***Outra informação – relatório de gestão***

O órgão de gestão é responsável pela preparação do relatório de gestão. A outra informação compreende o relatório de gestão, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a informação constante do relatório de gestão e não expressamos qualquer garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria sobre as demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura do relatório de gestão e, em consequência, considerar se a informação constante do relatório de gestão é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria, ou se de qualquer outra forma aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efetuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

### ***Responsabilidades do órgão de gestão e dos encarregados da governação pelas demonstrações financeiras***

O órgão de gestão é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Cabo Verde através do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro, e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade da Empresa para se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o órgão de gestão tenha a intenção de liquidar a Empresa ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Os encarregados da governação são responsáveis pela supervisão do processo de relato financeiro da Empresa.

### ***Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras***

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre o uso apropriado, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades; e
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada por nós durante a auditoria.

2 de abril de 2024

PricewaterhouseCoopers Cabo Verde  
– Sociedade de Auditores Certificados, Lda.  
representada por:

  
Armando José C. Ferreira Rodrigues, Auditor Certificado

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

**Senhores Acionistas**

**Cabo Verde Interilhas – Transportes Marítimos, S.A.**

1. Nos termos da Lei e com o mandato que nos foi conferido, em conformidade com o Estatuto da CABO VERDE INTERILHAS – TRANSPORTES MARÍTIMOS, SA, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora por nós desenvolvida bem como o parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.
2. Acompanhamos, com a regularidade e a extensão que consideramos adequada a evolução da actividade da Cabo Verde Interilhas – Transportes Marítimos, SA.
3. No âmbito das nossas funções examinámos as Demonstrações Financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2023, as notas explicativas que as acompanharam, e respectivo anexo bem como o Relatório do Conselho de Administração para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2023.
4. Notámos a Nota 9 do Anexo às demonstrações financeiras, em 31 de Dezembro de 2023 sobre o saldo líquido a receber do Estado de Cabo Verde relacionado com indemnização compensatória, no montante de 1 027 161 milhares de Escudos (mCVE), dos quais 733 709 mCVE, referentes aos exercícios de 2021 e 2022 são contestados pelo devedor. Com vista à resolução deste diferendo, a Empresa vai avançar com um processo litigioso, em sede de arbitragem, em Abril de 2024. É convicção da Administração que o saldo em disputa será recuperado, pelo que não foi reconhecido ajustamento por imparidade.
5. Face ao exposto, é nossa opinião que os documentos de fecho de contas citados, traduzem de forma verdadeira e apropriada, os aspectos materialmente relevantes e a situação financeira da Cabo Verde Interilhas – Transportes Marítimos, SA. pelo que a Assembleia Geral deve:
  - I. Aprovar o Relatório de Gestão relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023,
  - II. Aprovar as Demonstrações Financeiras do exercício económico, findo em 31 de Dezembro de 2023.

Cidade da Praia, 02 de Abril de 2024

O Fiscal único



Jenny Palmira Oliveira Vera-Cruz

Auditora Certificada (OPACC #10)